PROPOSTA

Revista Trimestral de Debate da Fase

2011 ANO 35 - Nº 122 R$ 12,

Mudanças climáticas
e florestas tropicais
Thomas Fatheuer

Hidrelétricas amazônicas como
emissoras de gases de efeito estufa
Philip Fearnside

A Fase e a Rio + 20

ISSN 1982-8950

PROPOSTA 122

Justiça Climática

11 *Jean Pierre Leroy*

Bens comuns e
serviços ambientais

50 *Maureen Santos*

Mudanças climáticas:
impactos e políticas no Brasil

Trienal 2008-2010

"DEMOCRACIA E SUSTENTABILIDADE NA MOBILIZAÇÃO POR DIREITOS"

Missão

A Fase é uma sociedade civil sem fins lucrativos fundada em 1961. Sua missão é contribuir para a construção de uma sociedade democrática através de uma alternativa de desenvolvimento que contemple a inclusão social com justiça, a sustentabilidade do meio ambiente e a universalização dos direitos sociais, econômicos, culturais, ambientais, civis e políticos.

Estratégia

Como estratégia para o cumprimento dessa missão a instituição se organiza em dois programas nacionais; dois núcleos e seis programas regionais que atuam em seis diferentes Estados da Federação. Os seis escritórios regionais desenvolvem suas ações próprias de acordo com a realidade local, no entanto, articulam-se entre si e com os programas nacionais e núcleos a partir de temas comuns e muitas vezes através de redes de articulação, grupos de trabalhos e fóruns temáticos.

Objetivos

Contribuir na disputa coletiva por um Brasil fundado na democracia substantiva e em um novo modelo de desenvolvimento com sustentabilidade sócio-ambiental, através da mobilização local, nacional e internacional por direitos humanos econômicos, sociais, culturais e ambientais.

A Fase possui dois Programas Nacionais: o Programa Nacional Direito à Segurança Alimentar, Agroecologia e Economia Solidária, e o Programa Direito à Cidade - "Cidades justas, democráticas e sustentáveis". A intervenção dos programas nacionais se materializa através da relação matricial com os programas regionais.

A Fase possui dois Núcleos Nacionais: o Núcleo de Direitos humanos econômicos, sociais, culturais e ambientais, e o Núcleo Brasil Sustentável: Alternativas à Globalização. Serão o lugar de processamento das questões estruturantes para a FASE, que dialogam de forma transversal e permanente com os programas nacionais e todos os regionais.

A Fase atua através de 6 Programas Regionais: Programa Regional Amazônia, Programa Regional Bahia, Programa Regional Espírito Santo, Programa Regional Mato Grosso, Programa Regional Pernambuco e Programa Regional Rio de Janeiro.

A Fase se articula também em Grupos de Trabalho que são o lugar de confluência entre os diversos programas e núcleos, em torno de temas, problemáticas e lutas comuns: GT de Gênero, GT Monoculturas, GT Água

A FASE conta ainda com o SAAP Setor de Análise e Assessoria a Projetos (gestão de fundos visa o fortalecimento institucional de micro-organizações a partir de pequenos apoios financeiros, e outros recursos como informação, formação e relações); e o Fundo Dema (apoio aos povos da floresta amazônica brasileira, concentrado ainda numa área de grande tensão no Estado do Pará na afluência dos rios Xingu e Amazonas).

Na Fase Nacional encontram-se o Setor de Comunicação; a Unidade de Planejamento; a Administração Centralizada; a Diretoria Executiva e os Projetos de Acompanhamento e Avaliação da Rede de Tecnologia Social e do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares.

Apoio institucional

eed www.eed.de | Développement et Paix / Development and Peace www.devp.org | FASTENOPFER Ação Quaresmal Suiça www.fastenopfer.ch | icco www.icco.nl | n(o)vib Oxfam Netherlands www.oxfamnovib.nl

Conselho Deliberativo

Titulares

Leilah Landim
Presidente

Paulo Pena Schütz
Vice-Presidente

Décio Lima de Castro
1º Secretário

Leila Linhares Barsted
2ª Secretária

Liszt Benjamin Vieira
3º Secretário

Suplentes
Neide Esterci
Regina Leite Garcia
Renato Sérgio Maluf
Orlando Alves dos Santos Júnior

CONSELHO FISCAL
Carlos Bernardo Vainer
Jorge Vicente Muñoz
José Moreira Bartholo
Ricardo da Gouvêa Corrêa

Direção Executiva
Jorge Eduardo Saavedra Durão
Evanildo Barbosa da Silva
Letícia Rangel Tura

Editorial

Quem acompanhar o debate mundial que desde alguns anos se instalou sobre as mudanças climáticas pode achar que este é um problema recente, ou que se encerra sobre si. Nem é recente, nem se limita às mudanças climáticas. O propósito desta edição da revista Proposta é discutir a questão climática com a abrangência que ela exige. Sob o risco de ficarmos distantes de uma solução real para o aquecimento global e seus drásticos prognósticos, não podemos mais aceitar um debate limitado a propostas que se reduzem à chamada lavagem verde dos mesmos mecanismos que produziram a situação perigosa em que toda a humanidade ora se encontra.

O aquecimento da atmosfera é um dos subprodutos nefastos de um caminho macroeconômico e político formatado historicamente pelos poderes hegemônicos concentrados nas grandes potências ocidentais. É sobre seu paradigma de produção de riqueza em escalas insustentáveis, a custo da superexploração do trabalho e da natureza, que devemos debater agora. Urge uma mudança no paradigma do desenvolvimento capitalista. Embora isto esteja cada vez mais claro, a disputa política em torno de uma transição continua bloqueada, e as novas possibilidades e alternativas seguem restritas a experiências e lutas políticas de resistência nos territórios. Movimentos sociais e organizações da sociedade civil em escala global desejam fazer frente à mundialização capitalista que produz e reproduz a tragédia socioambiental da qual a crise climática é a face mais atual. Mas a apropriação da política pelos controladores hegemônicos da economia global vem impedindo o surgimento de um novo modelo.

Enquanto isso, nas arenas internacionais, nacionais e locais, o modelo de desenvolvimento predador e autocentrado se traveste de ecologicamente correto. O discurso da "economia verde" aparece como a nova face do "desenvolvimento sustentável", e traz consigo uma carga idêntica de vaguidão, bastante propícia a que nele tudo caiba, inclusive a manutenção dos mecanismos que nos trouxeram até aqui. Em tempos de uma ameaçadora crise climática e da informação rápida, estes mecanismos precisam vestir o verde do ambientalismo de mercado. Aceitá-los passivamente significa entregar a gestão de uma crise da humanidade àqueles que a produziram, e que nada prometem além de suas velhas e conhecidas fórmulas privatistas de atribuição de valor econômico, comércio e lucro.

Por essa razão, o debate do clima, ainda que tenha vindo à tona nos últimos anos, é histórico. Se aberrações como o mercado de carbono nos obrigam a afirmar que o ar não é mercadoria, é verdade também que já afirmávamos antes que a água, a terra, homens e mulheres também não o são. Defender o público e os direitos dos povos está no centro da questão climática. Porém igualmente importante, e ainda mais desafiador, é a gigantesca tarefa histórica de propor e apontar novos caminhos possíveis para a vida no planeta, com respeito ao ser humano em sua integralidade, e à natureza não como fonte de riqueza, e sim como base fundamental da vida.

4 *Jean Pierre Leroy*

Bens comuns e serviços ambientais

12 *Evanildo Barbosa da Silva*

**Cidades e justiça climática:
o paradoxo das escolhas ou
risco de viver enxugando gelo.**

17 *Thomas Fatheuer*

**Mudanças Climáticas e Florestas Tropicais:
Novos Conceitos e velhos desafios**

24 *Philip M. Fearnside*

**Hidrelétricas Amazônicas como
Emissoras de Gases de Efeito Estufa**

Sumário

29 *Maureen Santos*

Mudanças Climáticas: impactos e políticas no Brasil

34 *Julianna Malerba e Marcelo Calazans*

Desafios para a sustentabilidade socioambiental em tempos de pré-sal*

38 *Fátima Mello e Jean Pierre Leroy*

Encolher o comércio global para esfriar o planeta

Rio + 20

43 *FASE*

A FASE e a Rio + 20

Indígenas reunidos para o Kuarup. **Foto:** Noel Villas Boas, publicda sob licença GNU Free Documentation Licence

Bens comuns e serviços ambientais

Jean Pierre Leroy *

* Educador e assessor da FASE, Núcleo Brasil Sustentável

Introdução

Estamos vivendo num contexto em que a privatização da natureza e a sua mercantilização se aceleram e se impõem. Esse movimento tem como um dos seus marcos históricos os "Enclosure Acts", os Decretos de Cercamento das Terras. Segundo o historiador inglês Eric Hobsbawm,

> "O movimento de cercamento ou demarcação (Enclosure Acts), retomado com vigor entre 1760 e 1830, foi responsável pela expropriação maciça dos camponeses e pela transformação da terra em mercadoria, um bem lucrativo monopolizado por grupos privados."[1]

Como considerar a Amazônia? Como um bem comum fora do mercado ou como uma fonte de serviços ambientais inserida no mercado? E seus povos indígenas, suas populações agro-extrativistas e camponesas, devemos vê-los como funcionários do mercado, prestadores de serviços ambientais para ele, ou como portadores de um projeto de vida e de futuro?

A Amazônia brasileira, com algumas exceções, em particular com o ciclo da borracha, ficou, até os anos 60 e 70 do século XX, fora desse processo. Estradas e colonização pública e privada abriram a região, facilitando a apropriação particular de terras, mais ilegalmente do que ao amparo da lei, escancarando o bioma à pecuária, à indústria madeireira e, mais recentemente, à soja. Nestes últimos anos, o mercado capitalista começa a investir nos bens ambientais que a natureza amazônica oferece, associando ecologia e mercado, passando a valorizar os produtos florestais que exigem a conservação dos ecossistemas. Por sua vez, a Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB), se, de um lado, reconhece os direitos das populações tradicionais e dos povos indígenas sobre suas práticas e conhecimentos, do outro, facilita a sua exploração comercial, subordinando essas populações a lógicas mercantis. Hoje, a mercantilização se estende com a implantação do mercado de carbono na região, tanto através da produção de energia de biomassa e de hidrelétricas, quanto pelos serviços ambientais a serem reconhecidos através dos mecanismos de REDD.

A Tragédia dos Bens Comuns

O célebre artigo de Garrett Hardin, intitulado *A Tragédia dos Bens Comuns*, originalmente publicado em 1968, tem como questão central malthusiana o que ele chama "o problema da população". Para ele, um mundo finito só pode suportar uma população finita. Os remédios que ele

[1] HOBSBAWM, Eric J. A Era das Revoluções Europa 1789-1848. 4 ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. P.65

propõe são privatização dos recursos da natureza e regulação livremente consentida. Ele ilustra sua argumentação com a imagem de um pasto comum a um grupo. Chega o momento em que um dos criadores acha que é do seu interesse acrescentar um animal a seu rebanho. Infelizmente, os outros criadores chegaram à mesma conclusão e o sobrepastoreio leva todos à ruína [2].
As conclusões de Hardin se adequavam totalmente às tendências da economia dominante e facilitavam a adesão de ambientalistas e das suas organizações a um ecologismo pragmático, denominado também de ecologismo de mercado. Foi assim que, nas últimas três décadas, processou-se de maneira gradual, mas violenta, a apropriação privada e a mercantilização dos recursos naturais, desde a apropriação pelas empresas das sementes e, de um modo mais geral, da biodiversidade, configurando, sob o pretexto de retribuição a prestações de serviços ambientais, uma apropriação de conhecimentos acumulados coletivamente. Com o mercado de carbono, dá-se um salto: é o conjunto da biosfera que se torna passível de apropriação e mercantilização.

O mercado de carbono

Dando prosseguimento à Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, os países participantes se reúnem regularmente em Conferências das Partes – COPs. Em 1997, em Quioto, assinaram o Protocolo de Quioto, ratificado por 183 países (uma exceção notável é a dos EUA), que entrou em vigor em 2005.

O Protocolo de Quioto[3] criou dois instrumentos centrais: a Implementação Conjunta (*Joint Implementation*), que se destina aos países industrializados e o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) – Clean Development Mechanism (CDM) –, que funciona entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento. Em Quioto, foram fixadas metas para a redução de emissões de carbono pelos países industrializados. Mas muitos deles não conseguem atingir as metas fixadas e os que não conseguirem atingi-las têm liberdade para investir em projetos MDL de países em desenvolvimento. Através deles, países desenvolvidos comprariam créditos de carbono, em toneladas de CO2 equivalentes, de países em desenvolvimento responsáveis por tais projetos.

Os projetos de MDL no Brasil incluem extração de metano de lixeiras, projetos de barragens e usinas hidrelétricas, plantações homogêneas de árvores e projetos de substituição de combustíveis. Eles são mediados pelo Ministério de Ciência e Tecnologia.

Se as florestas foram excluídas dos MDL, inclusive por pressão do Brasil, aos poucos as propostas de criar instrumentos para Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD), vão se impondo progressivamente nos processos das COPs do Clima. As propostas de REDD incorporam conservação, manejo florestal sustentável, valorização do sumidouro e até a plantação homogênea de árvores.

Até o momento, o Brasil tem rejeitado a proposta de utilizar REDD como mecanismo de compensação para as metas de redução de emissões que devem ser cumpridas pelos países industrializados (Anexo I). Para o Brasil, o REDD não deve ser incluído no mercado internacional de carbono. O país propõe o estabelecimento de um fundo voluntário para o qual os países desenvolvidos forneceriam recursos adicionais aos financiamentos já existentes. O Fundo Amazônia é o modelo que o governo brasileiro vem utilizando para defender sua proposta internacionalmente. Sua idéia geral é captar recursos baseados na redução de emissões já evitadas.

Em contrapartida, os governadores da Amazônia brasileira, acompanhados por ONGs e organizações de populações e povos da região, afirmam sua opção pela inclusão de mecanismos de mercado compensatórios. Conforme Paulo Moutinho, do IPAM, o mercado traz mais possibilidades de alavancar recursos do que doações.

Com REDD, governo e sociedade veem a possibilidade de um aporte substancial de recursos para com eles retribuir os serviços ambientais prestados pelos ecossistemas e pela população.

Os serviços ambientais.

A noção de serviços ambientais aparece progressivamente, até ter seu uso corrente consagrado quando chega como problema central a crise climática. Para a construção desta noção, biodiversidade e água têm tanto peso quanto o clima. Mas se ela se popularizou,

[2] Ver Hardin, Garret. La tragedia de los biense comunes. In: Richard Chase Smith y Danny Pinedo (edit.). El cuidado de los bienes comunes. Gobierno y manejo de los lagos y bosques en la Amazonía. Lima, Instituto de Estudios Peruanos; Instituto del Bien Comun, 2002.

[3] As informações a seguir foram adaptadas de wikipedia: "Le marché de carbone".

propomos a hipótese de que é porque as forças econômicas dominantes encontraram com a questão climática uma nova maneira de ganhar dinheiro. Para isto, no entanto. necessitavam do respaldo da coalizão dos cientistas e dos ambientalistas envolvidos na questão, respaldo este que a introdução dos serviços ambientais garantiu. Nesse jogo de mão dupla, em particular no que diz respeito às longas negociações nas sucessivas COPs do Clima, pode-se dizer que foram ONGs ambientalistas que mostraram o "caminho das pedras" ao setor econômico.
Uma das primeiras definições de "serviço ambiental", que serve de referência a vários autores, é a "Lei sobre as florestas" da Costa Rica, de 1997, que define assim os serviços ambientais:

> "Entende-se como 'serviços ambientais' os serviços fornecidos pelas florestas e pelas plantações florestais que têm uma incidência sobre a proteção e o melhoramento do meio ambiente. Nesse título são reconhecidos: a diminuição das emissões dos gases produtores do efeito-estufa (fixação, redução seqüestro, estocagem e absorção); a proteção da água para exploração urbana, rural e hidrelétrica; a proteção da biodiversidade tendo em vista uma exploração sustentável e para fins científicos e farmacêuticos; o estudo dos recursos genéticos e sua valorização; a preservação dos ecosssistemas, das formas de vida e da beleza das paisagens naturais para o turismo e para fins científicos." (Lei 7575, artigo 3, parágrafo k)[5]

No Brasil, vários projetos de lei versam sobre os serviços ambientais, sendo o último apresentado em 24 de junho de 2009 pelo ex-ministro do Ministério do Meio Ambiente, Carlos Minc, que "Institui a Política Nacional dos Serviços Ambientais, o Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais, estabelece formas de controle e financiamento desse Programa, e dá outras providências". Define como serviços ambientais, no seu artigo 2:

> "serviços desempenhados pelo meio ambiente que resultam em condições adequadas à sadia qualidade de vida, constituindo as seguintes modalidades:
> a) serviços de aprovisionamento: serviços que resultam em bens ou produtos ambientais com valor econômico, obtidos diretamente pelo uso e manejo sustentável dos ecossistemas;
> b) serviços de suporte e regulação: serviços que mantêm os processos ecossistêmicos e as condições dos recursos ambientais naturais, de modo a garantir a integridade dos seus atributos para as presentes e futuras gerações;
> c) serviços culturais: serviços associados aos valores e manifestações da cultura humana, derivados da preservação ou conservação dos recursos naturais." [6]

O Instituto Sócio-Ambiental (ISA) por sua vez, propõe a seguinte definição:

> "Serviços ambientais são as atividades, produtos e processos que a natureza nos fornece e que possibilitam que a vida como conhecemos possa ocorrer sem maiores custos para a humanidade". E acrescenta: "Ao permitir que o ambiente mantenha suas características naturais e siga fornecendo os serviços ambientais, estes povos e comunidades garantem o fornecimento dos serviços ambientais que são usados por todos." [7]

Vale notar que todas as definições de serviços ambientais apresentadas abordam o pagamento por serviços ambientais (PSA), apresentado como compensação, financeira ou não, para os povos indígenas, populações tradicionais e produtores familiares, que são os sujeitos centrais. Aparecem como pagadores dos serviços ambientais o Estado e, secundariamente, o setor privado. *Até o presente momento, parece prevalecer a centralidade do poder público, o que tanto a postura do atual governo de manter o Estado forte e ator central quanto a visão geopolítica de preservação da soberania brasileira sobre a Amazônia brasileira explicariam.*

Neste quadro, vale destacar o Proambiente, que representa um caso a parte. O Proambiente, segundo a proposta definitiva da sociedade civil organizada entregue ao Governo Federal em Julho de 2003,[8] é um programa de desenvolvimento rural voltado para a agricultura familiar e camponesa, o agroextrativismo e a pesca artesanal. Reconhece e visa fortalecer a combinação de produção e de conservação do meio ambiente, que marcam o caráter multifuncional das suas atividades. Sendo assim, os setores sociais visados pelo

[5] Loi sur les Forêts du Costa Rica. Citado em Karel Mayrand e Marc Paquin. Le paiement pour les services environnementaux : Étude et évaluation des systèmes actuels. Présenté par : Unisféra International Centre Unisféra, Montreal setembro 2004. p.4. Tradução livre do autor.

Acesso em www.cec.org/Storage/56/4895_PES-Unisfera_fr.pdf

[6] Vale notar que essa definição é retomada da "Evaluación ecosistémica del Milênio". In http://www.prisma.org.sv/pubs/CES_RC_Es.pdf Acesso em maio 2010.

[7] ISA. Serviços ambientais: o que são, por quê pagar e como? 30 de setembro de 2009. In http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=2880 Acesso em abril 2010

[8] Projeto Proambiente. Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural. Proposta definitiva da sociedade civil organizada entregue ao Governo Federal. Julho 2003. In: http://www.gta.org.br/projetos_exibir.php?projeto=4

Proambiente prestam serviços ambientais "à sociedade brasileira e à internacional" que têm um custo adicional a ser remunerado.

Para sua remuneração, seria criado o Fundo Socioambiental constituído de fontes fixas oriundas do orçamento geral da União e de "fontes complementares de capital nacional e/ou estrangeiro, público e/ou privado".

Apesar das tentativas das entidades promotoras do Proambiente, baseadas na argumentação de que se tratava de um serviço público ambiental, para que ele se impusesse como política pública, a avalanche da discussão de REDD e o pouco empenho do governo fizeram com que a noção mercadológica de serviços ambientais se tornasse quase hegemônica.

as das entidades promotoras do Proambiente, baseadas na argumentação de que se tratava de um serviço público ambiental, para que ele se impusesse como política pública, a avalanche da discussão de REDD e o pouco empenho do governo fizeram com que a noção mercadológica de serviços ambientais se tornasse quase hegemônica.

A crítica aos serviços ambientais

Não se pretende listar aqui as numerosas críticas feitas aos serviços ambientais, mas tão somente nos concentrar na sua articulação com o mercado. O economista alemão Elmar Altvater nos dá o truque da mágica que resultou na apropriação pelo setor privado da questão climática. Para ele,

> "O CO2 não tem nenhum valor de uso capaz de satisfazer as necessidades; pelo contrário, ele é danoso. Tampouco pode se transformar numa mercadoria comercializável. O CO2 não tem um valor que possa se expressar em preço de mercado. Pelo contrário, se trata de um antivalor do qual todo mundo gostaria de se livrar o quanto antes, se fosse tão fácil fazê-lo...
>
> ... Mas, dado que não existe mercado algum para direitos de poluição, tem-se que criá-los. Há que se converter em mercadoria comercial algo que não é propriamente comercializável. (...) É verdade que a atmosfera na qual se depositam os gases de efeito-estufa não está privatizada e que o CO2 não é um valor patrimonial privado. Todavia, o que se faz é construir politicamente através do Estado direitos de contaminação da atmosfera".

E Altvater conclui: "O charme do "capitalismo verde" deriva daí e somente daí: ele está cada vez mais politizado."[9]

Bertha Koiffmann Becker, Francisco de Assis Costa e Wanderley Messias da Costa retomam parcialmente a argumentação, posicionando-se sobre os serviços ambientais:

> "Trata-se, portanto, claramente da consolidação do mercado de carbono. Na ausência de valoração estabelecida pela ciência e de regulação nacional consolidada, é ele que dá o preço a essa commodity e, como qualquer mercado, é regulado pela demanda dos países industrializados que nele têm a expectativa de um grande negócio financeiro, e cujas crises têm sobre ele um forte impacto. E, como é de costume, o mercado internacional estabelece um baixo preço para a tonelada de carbono, a semelhança dos baixíssimos preços pagos pelas commodities exportadas como matéria prima sem agregação de valor."

E concluem: "Tem razão, portanto, Karl Polanyi. A mercadoria fictícia carbono está organizando um mercado real, mas sem que se estabeleçam instituições nacionais capazes de regulá-lo e cerceá-lo."[10]

Assistimos à capitulação dos Estados e da ONU frente ao mercado e à entrega a este do futuro do planeta. Karel Mayrand e Marc Paquin, num importante estudo sobre o pagamento dos serviços ambientais,[11] que reforça a tese do Hardin, explicitam as vantagens do mercado, segundo eles, frente às políticas públicas. Os impactos ambientais – negativos e positivos – são externalidades fora do mercado. Isso não favorece a conservação e a prevenção da poluição e leva à maior destruição e poluição. Anteriormente, essa questão se resolvia pelo método da coerção, através de leis e regulamentos, hoje é através do mercado.

[9] Elmar Altvater y Achim Brunnengräber ¿Contra el cambio climático con soluciones de mercado? Revista eletronica Sin permiso (http://www.sinpermiso.info/textos/index.php?id=1953) postado em 27/06/08. Tradução livre do espanhol pelo autor deste texto.

[10] Bertha Koiffmann Becker (Coordenadora), Francisco de Assis Costa, Wanderley Messias da Costa Um projeto para a Amazônia no século 21: desafios e contribuições Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2009. P.107

[11] Mayrand, Karl e Paquin, Marc. Le paiement pour les services environnementaux : Étude et évaluation des systèmes actuels. Présenté par : Unisféra International Centre Unisféra, Montreal setembro 2004. P.15 Tradução livre do autor deste texto.

O Center for International Forestry Research – CIFOR, por sua vez, repetindo a tese de Hardin, avalia que:

> "A medida que os habitats naturais e florestais vão diminuindo, os serviços ambientais (SA) antes oferecidos de maneira gratuita pela Mãe Natureza se veem cada vez mais ameaçados. Esta crescente escassez os torna sujeitos potenciais de comercialização."[12]

Mas, e então? O uso da categoria "serviços ambientais" deve ser rejeitado em bloco ou não? Volto à pergunta feita no início deste texto: como considerar a Amazônia? Como um bem comum fora do mercado ou como uma fonte de serviços ambientais inserida no mercado? De um lado, há os governos estaduais da Amazônia brasileira empolgados em conseguir recursos de qualquer jeito, descobrindo-se pioneiros do desenvolvimento sustentável nos seus estados, e produtores rurais que consentem em recuperar o que destruíram e em limitar o seu desmatamento futuro, com a condição de que sejam subsidiados. De outro lado, temos ONGs e lideranças de organizações populares que estimam pragmaticamente, mesmo reconhecendo o lugar e a importância de políticas públicas e de financiamentos públicos, que o pagamento por serviços ambientais (PSA) está definitivamente incorporado ao mercado e que povos indígenas e populações tradicionais teriam que tirar proveito disso.

Mas pode ser um proveito mínimo, pois além de estar longe de construir as bases para a universalização da política pública, haverá concorrência entre grupos sociais e projetos, e o preço a pagar pode ser pesado. As populações envolvidas e seus projetos podem servir de álibi às empresas financiadoras, melhorando sua imagem e lhes permitindo continuar a despejar no ar seus gases, contentando-se com ajustes mínimos nos seus países de origem. Ao mesmo tempo, podemos nos perguntar se esse envolvimento com o mercado e suas empresas não servirá de "cala boca", mobilizando todas as energias de organizações de base, tornando-as mais dependentes de ONGs mais bem aparelhadas do que elas para elaborar projetos e conduzi-los, fazendo com que não lhes sobre autonomia e tempo para enfrentar outras formas de ocupação da região pelo grande capital, ocupação muito mais danosa do que ganhos pontuais eventualmente oferecidos pelo PSA.

Quando, no mundo inteiro, setores da sociedade discutem as necessárias mudanças estruturais no modelo capitalista de produção e de consumo, os poderes econômicos e políticos dominantes, na contramão da história da ocupação da região, investem para estender este modelo à Amazônia brasileira. Entende-se que organizações de base, cujos membros estão, de um lado, presos à necessidade de sobrevivência e, do outro, à vontade de continuar com seus modos de vida integrados à natureza e conscientes do seu papel em relação ao clima e à biodiversidade, estejam sensíveis ao apelo por PSA. No entanto, sem condenar abruptamente sua postura, entendemos que deveríamos buscar outros caminhos.

Amazônia, bem comum dos seus povos

Por isso, parece-nos que vale a pena investir nas vertentes históricas de pensamento e de práticas identificadas como *Commons*, ou *bens comuns*, por sua capacidade de ser "um antídoto ao cercamento exercitado pelos mercados"[13]. Há numerosas definições do que são os bens comuns. Silke Helfrich, organizadora de um seminário memorável sobre os Bens Comuns e organizadora do livro que resultou dele: *Genes, bytes y emisiones: bienes comunnes y ciudadanía*[14], em comunicação oral, propunha a seguinte distinção: "Recursos infinitos que não se esgotam (código genético, código digital, bíblia, conhecimento) e recursos finitos que se esgotam". Para Bollier, os bens comuns se referem a "recursos compartilhados que uma comunidade constrói e mantém (biblioteca, parque, rua), os recursos nacionais que pertencem a todos (lagos, florestas, vida silvestre, o espaço radioelétrico) e os recursos mundiais dos quais os seres vivos necessitam para poder sobreviver (atmosfera, água, biodiversidade)", incluindo também o que ele chama de "economias dom, como a ciência, grupos de software livre até wikipedia". Podem ser divididos em três categorias: "presentes da natureza, criações materiais e criações imateriais"[15].

Os exemplos de bens comuns citados aqui chamam a atenção sobre algo que provavelmente escapa ao senso

[12] Sven Wunder Pagos por servicios ambientales: Principios básicos esenciales. Cifor. Occasional paper No 42 (s), 2006. Tradução livre do autor.

[13] Bollier, David. Los bienes communes: un sector so Slayado de La creación de riqueza. In: Helfrich, Silke (org.). Genes, bytes y emisiones: bienes comunes y ciudadania. Ediciones Böll. Méxcico, 2008. P.37. Tradução livre do autor deste texto.

[14] Ver Helfrich, Silke (org.). Genes, bytes y emisiones: bienes comunes y ciudadania. Ediciones Böll. Méxcico, 2008. Accesível em : www.bienescomunes.org/archivo/bc-boell.pdf

[15] Bollier, David. Op.cit. P.30/31 Tradução livre do autor deste texto. e Benkler, Yochai. La economia política del procomún. In: Helfrich, Silke (org.). Genes, bytes y emisiones: bienes comunes y ciudadania. Ediciones Böll. Méxcico, 2008. P.128/129. Tradução livre do autor deste texto.

comum. Estamos tão envolvidos na sociedade capitalista, dominada por noções como as de propriedade privada, consumo, mercado, e tão saturados pela informação e pela publicidade dominantes que não percebemos espontaneamente que há ainda uma porção grande da realidade nossa e do planeta que está situada fora do mercado. Paradoxalmente, é a fome voraz do mercado na busca da apropriação privada e da comercialização do que ainda lhe escapa que contribui para darmos maior atenção e valorizarmos a reflexão sobre os bens comuns. De início, inclusive, no afã de se distinguir claramente do mercado, o próprio nome levanta polêmicas. A expressão inglesa "Commons" é traduzida para as línguas latinas por "Bens Comuns", a palavra "bens" sendo interpretada já como algo referido à posse, susceptível de ser vendido e comprado, justamente quando se define algo gratuito. Da mesma maneira, o uso a palavra "recursos" soa para alguns, devido ao seu uso para expressar a base material da acumulação, como um desvio quando se trata dos bens comuns

.

As definições acima apresentadas podem dar a impressão de que os bens comuns são totalmente de livre acesso, como se fossem "terra de ninguém". Longe disso, os bens comuns são algo socialmente construído, fruto da história da humanidade.

É neste sentido que a jurista Margarita Flórez, contrastando com a noção jurídica de "res nullius", algo que não é de ninguém, e com bens públicos (pertencendo ao Estado e/ou geridos por ele), identifica como bens comuns, "desde a perspectiva de uma parte dos habitantes da América Latina", o que ela chama "lo nuestro".[16] Esses bens comuns que são "nossos" se originam, segundo ela, na relação umbilical que povos têm com o Território.

Foi um dia a Amazônia terra de ninguém? Bem comum de livre acesso total? Os movimentos pelo software livre, tanto quanto os camponeses, lutam contra a apropriação privada da internet e das sementes. As multinacionais sementeiras aproveitaram a liberdade de acesso ao patrimônio genético para iniciar a privatização desse patrimônio. Não há dúvida de que, neste sentido, a Amazônia seja vista predominantemente como terra de ninguém sobre a qual se deva ter livre acesso, para que ela e seus recursos possam ser apropriados de forma privada. No lado oposto, povos e população local, com o auxílio bem recente e parcial da legislação, construíram ao longo do tempo a Amazônia como bem comum. Se a questão do livre acesso não se colocava antes por haver poucos interessados em ocupar os espaços amazônicos, à exceção notável dos seringais, hoje a condição para a manutenção do bem comum é recusar e bloquear o livre acesso. A regulação do território é aqui fundamental.

Contrariamente a Hardin, é a apropriação individual privada que, por exemplo, leva ao esgotamento do estoque pesqueiro dos lagos e igarapés amazônicos e dos maciços florestais. Sem a sua população rural/florestal, não haverá salvação para a Amazônia. Pois os modos como usa e maneja os recursos agrícolas, florestais e aquáticos, não só economicamente, mas também cultural e simbolicamente, exigem que se mantenha a biodiversidade. Cada grupo social imprimiu, a seu modo, sua marca a seu território, assim como este moldou sua identidade. Esta noção de bem comum, simbiose entre natureza e humanos, é reconhecida pela Constituição brasileira que reza no seu artigo 216: "Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira".

O Estado brasileiro, signatário da Convenção 167 da OIT, reconhece e regulariza as Terras Indígenas. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) inclui áreas com presença humana como as Reservas Extrativistas, às quais se agregam as Terras Indígenas. Novas figuras jurídicas de proteção a grupos sociais que cuidam dos bens comuns foram criadas. É o caso das Comunidades de Quilombos, fruto da reforma da Constituição brasileira de 1988, dos Projetos de Assentamento Agroextrativistas (PAE) e dos Projetos de Assentamento Florestal (PAF), criados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). É importante notar que todas essas figuras colocam limitações no uso da terra visando à conservação do sistema florestal e/ou aquático. Todas mantêm a noção de território coletivo. Todas implicam a necessidade de existência de organizações comunitárias legítimas e ativas. Todas preveem a participação das comunidades na sua gestão, o que faz com que as regras consuetudinárias estejam, mesmo que necessitando de adaptações, conservadas.

[16] Flórez, Margarida. Lo Público? Lo Común? O lo Nuestro, lo de Todo! In: Helfrich, Silke (org.). Genes, bytes y emisiones: bienes comunes y ciudadania. Ediciones Böll. Méxcico, 2008. P.109. Tradução livre do autor deste texto.

[3] As informações a seguir foram adaptadas de wikipedia: "Le marché de carbone".

Apontar o papel do poder público em relação ao bem comum não significa dar-lhe a primazia na frutificação dessa herança. A história dos povos indígenas e a das populações agroextrativistas mostram que seus territórios não lhes foram dados de presente. Foram conquistas, fruto de muito sofrimento e de conflitos, mas também de muita capacidade de adaptação e criatividade. Antes de ser bem comum da humanidade, a Amazônia é bem comum da nação, nas suas UCs – Unidades de Conservação – geridas pelo Estado, mas o é , sobretudo, das suas populações. Os povos e populações amazônicos cuidam do bem comum, mas esse bem é primeiramente deles. O que deve haver é a convergência entre o seu interesse em viver no e do seu território e o interesse geral de manter a floresta em pé. Não se trata de manter os ecossistemas intocados. Para efeitos de pesquisa, temos, por exemplo, estações ecológicas em que se exclui a presença humana. Mas a natureza intocada é um mito, não só porque populações tradicionais e, sobretudo, povos indígenas sempre transitaram na floresta, mas até porque hoje as mudanças climáticas não param nos limites das estações ecológicas.

As populações amazônicas não podem ser vistas de maneira simplificada como guardiões da floresta. O Ibama tem guardas florestais, aliás em número absurdamente insuficiente, para os Parques. Ao remunerar pessoas e comunidades por ajudar a natureza a prestar serviços ambientais, não estaria se fazendo delas guardiões passivos de algo intocável, negando sua identidade numa relação construída ao longo da história pró-ativamente com o meio ambiente. E como tudo indica que, mais uma vez, o Estado cederá ao setor privado, entregando-lhe a remuneração dos serviços ambientais, essas populações serão definitivamente homogeneizadas, servidoras de um mercado do clima que faz pouco caso da rica diversidade ambiental e cultural, a floresta reduzida para ele a gráficos com a evolução do preço da tonelada de carbono. Já as populações, ao contrário, ao longo do tempo, desenvolveram e desenvolvem uma economia, ou, melhor, uma oikonomia, uma economia da casa, que permitiu que se mantivessem e até frutificassem e se multiplicassem o patrimônio original.

Cuidar do bem comum não significa que elas devam ficar paradas no tempo. Querem usufruir dos serviços que a sociedade moderna oferece e, por isso, precisam garantir economicamente a sua reprodução familiar e coletiva. Não se trata de colocá-las em oposição artificial às estratégias econômicas dominantes: passado versus futuro, pois o manejo dos ecossistemas dos quais tiram a subsistência é complexo. Ainda mais se resguardado o direito dos povos indígenas de manterem seus sistemas culturais e econômicos como bem o entendem, se se quer ultrapassar o sistema de produção, colheita, caça e pesca extensiva, inapto para o abastecimento urbano e para a garantia de um nível de vida contemporâneo.

A nova condição de prestadoras de serviços ambientais das populações rurais e florestais da Amazônia e de outros ecossistemas, simples peões num jogo de mercado que amesquinha e até nega a sua inserção histórica e cultural nos ambientes nos quais vivem, corta a referência fundamental ao bem comum que eles geram e pelo qual lutam. Não se trata de fazer dessas populações guardiões de algo que seria de todos e de ninguém. Trata-se de compreender que assegurar-lhes a posse dos seus territórios e dar--lhes os meios de viver e se reproduzir nesses territórios, condições para que possam cuidar da floresta e das águas e gerir para nós o que é deles, num contexto de correlação de forças políticas e econômicas profundamente desigual, é responsabilidade do Estado, empurrado pelas forças da sociedade que não se conformam com o pensamento único divulgado pela doutrina neoliberal.

Reconhecer o papel dessas populações de cuidadores e de gestores e seu estatuto de agentes "oiconômicos" e não de assistidos objetos de meras políticas compensatórias significa o reconhecimento da sua condição de cidadãos e cidadãs e a possibilidade de exercício dessa cidadania. Essa condição e esse exercício são essenciais para que se possa pactuar um projeto para a Amazônia.

Morador observa efeito de um deslizamento em São Gonçalo, após forte chuva em 2010.
Foto: Vitor Abdala, da Agência Brasil. Licença Creative Commons.

Cidades e justiça climática: o paradoxo das escolhas ou risco de viver enxugando gelo.

Evanildo Barbosa da Silva *

*Diretor da FASE, Historiador e doutor em planejamento urbano pela UFPE/MDU.

Já não constitui surpresa alguma a importância do consenso estabelecido na opinião pública especializada acerca do diagnóstico das causas e dos impactos das mudanças climáticas sobre as cidades no mundo. Mas, convenhamos: é muito pouco ficar surpreso com o estágio do consenso quando a radicalização do conflito deve ser o ponto de partida para o debate das mudanças climáticas.

Desse ponto de vista, a própria noção de Justiça Climática[1] (*"... direito ao acesso justo e eqüitativo aos recursos naturais, às informações e decisões sobre o uso de tais recursos, assim como a garantia de que nenhum grupo social suporte uma parcela desproporcional da degradação ambiental, ainda precisa ser largamente aprofundada para que as populações atingidas por esses fenômenos possam ser devidamente protegidas"*[2]) parece ficar pequena e inquieta demais diante da expectativa de radicalização do conflito. Ainda mais porque é evidente que o diagnóstico ficará mais dramático quando as cidades em questão vierem a ser as de nosso imenso país. Estudos de toda espécie concordam que o modelo de urbanização desordenada, que vigora até hoje no Brasil, foi decisivo para tornar a situação dramática, assim como também o serão a partir de agora os efeitos específicos e nada alentadores das mudanças climáticas sobre a precária rede de cidades que resulta desse modelo desordenado de urbanização.

Sabemos que daqui pra frente o modelo urbano determinará muito o próprio modelo de desenvolvimento global, uma vez que as cidades se apresentam cada vez mais como lugares de consumo. Ou, poderíamos dizer também, como lugares de conflitos! Para os que vivem nas metrópoles brasileiras, estudos indicam que a cada ano será incorporada ao seu conjunto metropolitano uma nova cidade, com algo em torno de mais de um milhão de habitantes. Como elas não podem suportar tudo, as áreas do entorno (ou aglomerados metropolitanos ou áreas periurbanas) absorverão até 10% dessa população.

As cidades não estão preparadas para darem respostas aos efeitos das mudanças climáticas e não há como *dourar a pílula*, uma vez que a cultura, o fomento e os organismos públicos de planejamento e gestão urbanos, que deveriam ajudar a dar essas respostas, ou foram sucateados ou foram terceirizados para abrirem passagem definitiva à cultura, ao fomento e aos organismos privados de planejamento e gestão das cidades.[3]

[1] Importante noção difundida na sociedade pela Rede Brasileira de Justiça Ambiental, da qual a FASE é parte.

[2] http://www.justicaambiental.org.br/_justicaambiental

[3] Essa questão da retomada do papel do Estado no planejamento urbano é, em sim, uma importante medida de enfrentamento dos impactos das mudanças climáticas, dado que existem com alguma qualidade prospectiva tanto um arcabouço institucional e jurídico para dinamização das políticas públicas, esferas públicas mobilizadas para seu debate e ação e crescente potencial de ampliação das condições de intersetorialidade entre organismos públicos federais de gestão dos territórios, entre esses, as cidades.

O problema é que, em um contexto de acelerado e desordenado processo de expansão urbana e de crescimento frenético do entorno das cidades, as atividades econômicas e o mercado de trabalho não irão para essas áreas, e isto obriga a população a ampliar os gastos com deslocamentos diários ainda mais extensos e precários. Os jovens, por exemplo, são atingidos duplamente, pois, quando não estão procurando emprego, estão se deslocando para escolas cada vez mais distantes de suas áreas residenciais, justamente eles que não possuem qualquer renda. No entanto, as cidades pólos ou centrais são as que ainda concentram o maior número de pessoas e áreas pobres (mais de 45% delas ainda estão em áreas metropolitanas no Brasil). Invariavelmente, são cidades mergulhadas numa ampla gama de vetores de injustiça ambiental. Com a ampliação da concentração fundiária no campo (nos últimos 10 anos, estima-se algo em torno de 30%); com a nova onda de disputa e/ou especulação da terra urbana pelos setores do capital imobiliário (incentivados pela oferta de recursos públicos para infraestrutura de grandes projetos); com a contribuição dos efeitos das mudanças do clima para o aumento da migração intrarregional e com o próprio papel que as cidades desempenham na atratividade de populações interessadas no acesso ao consumo e a serviços de habitação, saúde, lazer, entretenimento e instrução, dentre outros, nada será como antes. Ou seja, as cidades não comportarão e não suportarão mais o intenso fluxo migratório previsto para os próximos anos.

Muitos são os motivos para essa situação ter chegado ao limite. A questão agora é pensar para adiante, pois se a vida nas cidades, no Brasil e no mundo, já não manifesta nenhuma sombra da utopia outrora apregoada pela modernidade, sua crítica descolada do debate das alternativas não levará senão a um estado de contemplação do caos. Ainda mais se considerarmos (ah, como devemos considerar!) que pela primeira vez na história da humanidade a população urbana ultrapassou a população rural, com 3,3 bilhões de pessoas morando em cidades. Para piorar um pouco mais, segundo a própria ONU, haverá aumento da taxa de urbanização nas próximas décadas , algo em torno de 60% em 2030 e 70% em 2050.

Não é difícil supor, como faz a ONU, que com isso regiões pobres e já altamente urbanizadas serão as mais impactadas pelo crescimento da taxa de urbanização. Hoje, cidades com população de 5, 10 ou mais tendem a se espraiar ainda mais para suas periferias. Ocorrerão novos ciclos migratórios, urbanização extensiva de áreas já pobres e ou emergentes e mais pressões sobre o consumo e sobre o ecossistema.

Acompanha esses ciclos a projeção de aumento da pobreza urbana mundial e de novas estratificações sociais sobre os centros urbanos mais dinâmicos. Tal quadro caótico se junta a outro, nesta primeiríssima década do século em curso: um ciclo mundial de expansão urbana sem precedentes que ganhou novo impulso com a crise de 2008, a partir dos EUA, uma vez que os centros periféricos do capitalismo (Ásia, África e América Latina) agora passam a ser alvos prioritários dos deslocamentos de créditos de toda espécie, via capital imobiliário, em associação crescente com outros ramos da alegre ciranda da financeirização global. O Brasil urbano é um bom exemplo com seus megaprojetos: Copa do Mundo, Olimpíadas, Minha Casa Minha Vida e outras tantas formas de planejamento urbano desde fora e sem ação pública de resistência a essa imposição.

Sabemos quão desafiadores são os indicadores que projetam a elevação dos níveis de mudanças climáticas sobre as cidades e apenas desconfiamos dos impactos sobre sua população, dado que temos assistido atônitos ao crescimento dos casos de queda de barreiras, das enchentes, do aumento das doenças hídricas, dos transbordamentos de canais e do esgarçamento do pobre e limitado sistema de saneamento e esgotamento sanitário, dentre outros. Ainda mais quando constatada a baixa capacidade dos governos para dar respostas às situações de catástrofes urbanas, em parte explicada pela ausência de uma política de prevenção pela defesa civil, no sentido de se antecipar aos riscos e desastres ambientais e, nesta direção, seu pleno diálogo, até aqui inexistente, com as ações setoriais da política nacional de desenvolvimento, dentre elas medidas de intensificação de controle e o uso adequado e seguro do solo urbano como uma referência.

Por isso, o debate acerca da relação entre mudança climática e cidades deve ser apropriado do tamanho que ele é, ou seja, de um lado, levando-se em consideração que 80% das emissões de gases do efeito estufa vêm dos países do Norte, mas que, por outro lado, nas cidades do Brasil, o transporte, por exemplo, já é o terceiro maior fator de emissão em um contexto óbvio em que não há

[2] Ver Hardin, Garret. La tragedia de los biense comunes. In: Richard Chase Smith y Danny Pinedo (edit.). El cuidado de los bienes comunes. Gobierno y manejo de los lagos y bosques en la Amazonía. Lima, Instituto de Estudios Peruanos; Instituto del Bien Comun, 2002.

[3] As informações a seguir foram adaptadas de wikipedia: "Le marché de carbone".

alternativas sendo construídas para a redução dessa tendência a curto prazo. Estudos mais apurados sobre o clima indicam que as cidades no mundo seriam responsáveis por aproximadamente 40% de todos os gases do efeito estufa decorrentes das atividades humanas. Estimam que o uso de energia nas cidades (indústria, transporte e nos prédios residenciais, comerciais e governamentais) também seria a principal fonte de emissão desses gases. No caso do transporte, por exemplo, a cidade do Rio de Janeiro contribuiria com algo em torno de 30 a 35 % das emissões.

No entanto, em defesa da radicalização do conflito pela justiça climática global, uma questão a ser extraída desse tipo de diagnóstico é que há uma relação assimétrica a ser demonstrada quanto à verdadeira contribuição que cada cidade dá para o aumento das emissões. As cidades de países de alta renda, com alto padrão de consumo, contribuem mais ou menos para a emissão de gases do efeito estufa quando comparadas às cidades localizadas em países de renda média ou baixa? Ou mesmo no caso de cidades de renda baixa ou média, os segmentos sociais mais empobrecidos têm o mesmo nível de responsabilidade e consumo que aqueles do topo da pirâmide social? Tais segmentos contribuem de forma igual para as emissões?

Se a resposta for não, cabe aos formadores de opinião e às políticas públicas interessadas na redução dos efeitos das mudanças climáticas nas cidades assumirem uma posição menos redistributivista dos impactos e encarar a seguinte questão: as alternativas aos problemas em tela devem, necessariamente, ter como princípio a mudança radical no padrão contributivista. Se são os países ricos, suas cidades e principalmente as elites de qualquer país os principais responsáveis pelo estágio a que chegou a humanidade, deverão ser esses, em primeiro plano, os primeiros a contribuir para revertê-lo.

Sem ilusões quanto ao tamanho da correlação de forças que seria necessário para que esse princípio pudesse ganhar algum lugar na agenda pública, devo dizer que não se pode perder de vista que o padrão atual de cidades dos países ricos é a soma histórica dos processos de colonização, espoliação e dilapidação daquilo que era a riqueza e modo de vida das populações originárias e de seus territórios. Assim, as alternativas desejadas para o enfrentamento das mudanças climáticas é igualmente a oportunidade para se fazer justiça climática com senso e metas de equidade entre padrões desiguais de vida. Os ricos não podem continuar consumindo com tamanha voracidade, assim como os pobres não podem ser preteridos do acesso a bens e serviços urbanos que os levem a um patamar de cidadania e equidade. Ou será que devemos apagar da memória essa variável espaço-temporal e apostar objetivamente na construção dos meios de mitigação, adaptação, resiliência etc., sem considerar a assimetria histórica entre as cidades no mundo, uma vez que a adoção de modelos de desenvolvimento ocorreu de forma diferenciada entre elas? O chamamento aqui é para os novos padrões de governança global das cidades, no sentido que se adotem meios de equalização das condições de reprodução das cidades baseados no direito à cidade e na justiça social e ambiental para aqueles estratos sociais mais vulneráveis quanto ao acesso a direitos e quanto aos efeitos das mudanças climáticas sobre suas vidas.

Nesse debate das alternativas às mudanças climáticas, não devemos nos descolar do fato de que as cidades no capitalismo são antes de tudo *cidade mercado*, e que elas se inscrevem no processo de globalização com uma agenda pública que valoriza o ator econômico. Isto impõe a essas cidades um caráter de competição entre si, de modo a atrair investimentos, parcerias privadas eficientes e eficazes à gestão pública. E nesse paradigma, a relação essencial só pode ser estabelecida pelo mercado e pela lógica da competitividade. Por seu intermédio se pode inferir o baixo nível de equidade social e o caráter demarcadamente institucionalista da participação que lhe são constitutivos.

Com as possibilidades e as estratégias reais do chamado mercado verde, as empresas no mundo inteiro estão a planejar as nossas cidades ao seu modo e interesse. O que se pode esperar, senão o aprofundamento do caráter de *cidade mercado*? Nesse ambiente, as alternativas de mitigação, adaptação, resiliência ou outra qualquer serão tão intensivas em pesquisa quanto em possibilidades de

[5] Loi sur les Forêts du Costa Rica. Citado em Karel Mayrand e Marc Paquin. Le paiement pour les services environnementaux : Étude et évaluation des systèmes actuels. Présenté par : Unisféra International Centre Unisféra, Montreal setembro 2004. p.4. Tradução livre do autor.

Acesso em www.cec.org/Storage/56/4895_PES-Unisfera_fr.pdf

[6] Vale notar que essa definição é retomada da "Evaluación ecosistémica del Milênio". In http://www.prisma.org.sv/pubs/CES_RC_Es.pdf Acesso em maio 2010.

[7] ISA. Serviços ambientais: o que são, por quê pagar e como? 30 de setembro de 2009. In http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=2880 Acesso em abril 2010

[8] Projeto Proambiente. Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural. Proposta definitiva da sociedade civil organizada entregue ao Governo Federal. Julho 2003. In: http://www.gta.org.br/projetos_exibir.php?projeto=4

maximizar ganhos e lucros com o negócio de carbono. Se as cidades no mundo contribuem para emissões em torno de 40%, há hoje 40% de possibilidades de lucros por quem está na hegemonia do negócio do carbono. Com as projeções de crescimento da taxa de urbanização, logo crescerão as oportunidades de ganhos e lucros desse mercado. Alguém tem ideia de quantos projetos de MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo) estão sendo fomentados nas cidades brasileiras e quem são seus interlocutores? É assim que funciona a lógica do capital e a nossa não pode ser a do conserto dessa lógica, sem negar a necessidade de medidas redistributivistas, mitigadoras etc.

Mas, antes é preciso radicalizar o conflito das idéias acerca do ponto de partida para o debate das mudanças climáticas e com ênfase no principio contributivista. O paradigma, neste caso, poderia ser o do conflito público das ideias, sem desconsiderar que boa parte das organizações e movimentos sociais do campo democrático e popular brasileiro sequer vê a questão urbana como uma problemática socioambiental, ou ainda, sem mitificar o fato de o Brasil ganhar destaque global na discussão de florestas (76% das emissões se originam a partir dos desmatamentos), o que faz com que não apareça nas negociações internacionais que a grande proporção dos impactos das mudanças climáticas se dá sobre populações urbanas.

O papel das ciências aliado à capacidade de resistência e inovação da sociedade brasileira é um caminho para reflexão acerca do fato de que o modelo de desenvolvimento econômico em curso no país (e, especialmente as opções de crescimento que ganham força nas principais políticas públicas urbanas em execução) nos oferece uma oportunidade de radicalizar na sociedade o *paradoxo das escolhas*: de um lado, dívidas históricas de desigualdades sociais com uma imensa população de pessoas pobres que exigem zerar déficits sociais e acesso imediato a bens, serviços e direitos públicos (terra, moradia, saúde, educação, transporte, crédito, alimento saudável, dentre outros) e, por outro lado, conter com medidas públicas o crescente e inabalável padrão de reprodução e consumo de uma minoria nem aí com os impactos das mudanças climáticas que para ela são sabidamente mínimos, por enquanto.

Ou seja, devemos explorar as possibilidades de conversão desse tipo de conflito em mudanças de padrão comportamental coletivo sobre o tema das alternativas, uma vez que para cada segmento social deveria ser estruturado um padrão de medidas de enfrentamento. Neste caso, cada alternativa deve ser pensada partindo das seguintes perguntas: para quem, para que e para reforçar qual modelo? Interessa a esse exercício não apenas complexificar socialmente o que Jean Pierre Leroy chamou de *ética das responsabilidades*, como também tornar pressuposto das escolhas institucionais públicas o tratamento político e técnico da hipótese da *transição* do modelo em curso para outro que apenas desejamos, pois na ausência dessa inquietação poderemos ter sim, uma sociedade comprometida com o alcance prático das medidas de mitigação, adaptação, resiliência etc., enquanto os atores do mercado continuarão impondo a todos nós o exercício *paramitológico* de sobreviver enxugando gelo.

FONTES CONSULTADAS:

LEROY, J. Pierre. Territórios do futuro: educação meio ambiente e ação coletiva. Rio de Janeiro: Lamparina. 2010.

RIBEIRO, L. C. Queiroz e SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos (Orgs.). As metrópoles e a questão social brasileira. Rio de Janeiro. Revan-FASE, 2007.

Le Monde Diplomatique Brasil. As razões da crise metropolitana: cidades à beira do colapso. São Paulo. Ano 2, número 13. Agosto de 2008.
http://www.onu-brasil.org.br/
Http://www.justicaambiental.org.br/_justicaambiental/

Floresta amazônica representa, nas políticas climáticas, uma porta de entrada para o REDD.
Foto publicada sob licença Creative Commons

Mudanças Climáticas e Florestas Tropicais: Novos Conceitos e velhos desafios

Thomas Fatheuer *

Ex-cooperante da FASE no Pará, ex-diretor da Fundação Heinrich Boell no Brasil, membro apoiador da Carta de Belém.

Dois anos atrás, somente alguns profissionais usavam e conheciam a sigla REDD – que quer dizer Redução de Emissões de Desmatamento e Degradação Florestal. A sigla foi bem escolhida e em pouco tempo muitas pessoas passaram a conhecer a nova palavra. Entender o que significa REDD é mais complicado – especialmente porque a sigla virou um abrigo para conceitos bastante diversos.

Fundamental para os conceitos atrás da sigla é a conexão entre a questão do combate às mudanças climáticas e a redução de desmatamento. Discutir o papel das florestas nas políticas internacionais sobre mudanças climáticas não é nenhuma novidade. Mas foi o Stern Report[1] que, em 2006, deu novo peso à questão do desmatamento no contexto das emissões que causam as mudanças climáticas. Nicholas Stern frisou dois pontos importantes, o primeiro é o enorme impacto do dematamento nas emissões globais de CO2. Quase 20% destas emissões são causadas por desmatamento, mais do que as emissões de todos os automóveis do mundo. O outro argumento importante de Stern, um economista, é que reduzir o desmatamento é a maneira mais barata de reduzir emissões. Depois do Stern Report, nota-se um aumento na aceitação da inclusão da questão de desmatamento em um futuro acordo internacional sobre clima. A conferência de Bali em 2007 manifesta claramente estas intenções e oficializa no seus documentos a sigla REDD. Desde Bali, desmatamento virou uma parte integral, importante e complexa das negociações. E depois do fracasso de Copenhague, REDD significa para muitos a única chance real de realizar políticas e projetos internacionais que reduzam significamente as emissões de CO2 no curto e médio prazos.

Obviamente, neste casamento entre clima e florestas o Brasil tem um papel de destaque. São dois países – Brasil e a Indonésia – que juntos estão responsáveis por 60% das emissões globais do desmatamento. Nenhum país do mundo emite tanto como o Brasil. Desta forma, o Brasil (de novo junto com Indonésia) tem um perfil muito atípico das suas emissões: entre 55% e 65% das emissões são causadas por desmatamento (Amazônia e Cerrado). A política internacional do Brasil, especialmente o Itamaraty, sempre tinha visto neste perfil das emissões um perigo. Num acordo pós-Kyoto, o Brasil poderia ser alvo de metas de redução – se florestas entrassem num novo acordo. Consequentemente, o Itamaraty sempre argumentou contra a inclusão de florestas num regime internacional, defendendo supostos interesses nacionais.

Então, a mudança que aconteceu nos últimos anos não poderia ser mais radical. Hoje, o Brasil não só aceita um regime internacional de REDD, como também aprovou

[1] O Relatório Stern (do nome do seu coordenador, Sir Nicholas Stern, economista britânico do Banco Mundial) é um estudo encomendado pelo governo Britânico sobre os efeitos na economia mundial das alterações climáticas nos próximos 50 anos. Informações retiradas de : http://pt.wikipedia.org/wiki/Relatório_Stern

no Congresso uma Política Nacional de Mudanças Climáticas (PNMC) que estabelece metas de redução de emissões nacionais e especialmente metas para emissões causadas pelo desmatamento amazônico e do Cerrado. Em pouco tempo, a política brasileira transformou uma suposta ameaça à soberania nacional em uma oportunidade de negócios. Paulo Moutinho (IPAM), um dos mais importantes formuladores de uma estratégia nacional de REDD, prevê que "REDD poderá trazer divisas importantes para o Brasil" e até sonha com uma "liderança brasileira nesta nova ordem econômica" de baixo carbono.[2]

A mudança de posições é fruto de um intenso processo de *lobby* de algumas ONGs nacionais e internacionais, que primeiro mudou as posições dos governos dos estados da Amazônia. Com novos aliados como os governadores Blairo Maggi e Ana Julia Carepa, estes movidos pela expectativa de "divisas importantes", foi possível mudar finalmente a posição do governo federal e do Itamaraty.

Os defensores de REDD veem um velho sonho perto de ser realizado: o Brasil, os estados da Amazônia, as comunidades e povos indígenas sendo capazes de ganhar muito dinheiro fazendo somente uma coisa: preservando suas florestas.

REDD - dinheiro e conceitos

Apoios internacionais para a preservação de florestas tropicais não são nenhuma novidade. No Brasil, por exemplo, o famoso PPG7, um Programa Piloto do Banco Mundial e do grupo dos sete países mais ricos do mundo, apoiou desde 1994 vários projetos nas áreas florestais no Brasil. Qual seria então a novidade de REDD?

A base para REDD são metas de redução de desmatamento e não projetos. Uma redução X de desmatamento diminui uma quantidade Y de emissões de CO2. Mesmo com muitas margens de erro, REDD estima reduções quantitativas de emissões de CO2. E este CO2 evitado tem um preço – é possível fazer um cálculo. Fazendo estes cálculos, os propositores de REDD chegam a números bem grandes, a "divisas significativas".

Independente de qual seria a política concreta de REDD, a base conceitual é a seguinte: uma diminuição de desmatamento que pode ser transformada num cálculo de emissões evitadas, e assim monetarizada, ou seja, pode-se fixar um preço. Porém, enquanto a idéia básica de REDD parece simples e, para muitos atores, fascinante, os detalhes são complexos e provocam muitas discussões, disputas e dúvidas.

Mercado versus Fundos

De onde vem o dinheiro – esta é a primeira questão fundamental. Na verdade, REDD é muito mais um debate sobre dinheiro do que sobre florestas. No fundo, há duas possibilidades de financiar REDD. O financiamento poderia vir através de fundos que recebem dinheiro de doadores. Este, por enquanto, é o modelo do Fundo Amazônia, que o Governo Brasileiro constituiu para internalisar divisas no contexto de REDD. Na verdade, um financiamento deste tipo não é muito diferente de antigos programas de cooperação internacional. A novidade seria a conexão do pagamento a metas concretas de diminuição de desmatamento. O doador internacional não acompanha mais o desenvolvimento dos projetos, somente olha os resultados que podem ser mensurados em diminuição de emissões de CO2.

A outra possibilidade de financiar REDD são mecanismos de mercado. Alguém poderia comprar o CO2, na verdade ele compraria o CO 2 evitado. Para isso não existem mercados, mas os governos podem criar, através de uma regulamentação complexa, um mercado de emissões – *emissions trade*. Através de lei, um governo (ex: EUA) ou uma região (ex: União Europeia) cria um sistema de permissões para emitir CO2. Normalmente, o mercado de carbono funciona por setores. Uma empresa de um setor incluído no mercado de carbono recebe o "direito" de emitir uma quantidade X de CO2 por ano. Numa segunda fase, esta mesma empresa recebe uma meta de reduzir percentualmente suas emissões, em relação ao primeiro momento, num determinado prazo. Se conseguir diminuir mais do que previsto, ela gera créditos que podem ser negociados com outra empresa que não tenha alcançado sua meta (ver http://pt.wikipedia.org/wiki/Créditos_de_carbono) .
O mercado de carbono está baseado no princípio de limitar (do inglês, *cap*) e comercializar (do inglês, *trade*) emissões (ou melhor: direitos de emitir). Internacionalmente o sistema é conhecido como *cap and trade*. A maior experiência de um mercado de emissões é o mercado europeu, o "European Union Emission Trading System" (EU-ETS).

[2] As citações apresentadas se encontram em: **Instituto de Pesquisas da Amazônia - Ipam. Sumário Executivo do Relatório Final. Discussões introdutórias sobre princípios e critérios para o mecanismo REDD no Brasil, considerações preliminares sobre estruturas institucionais adequadas e sobre demais aspectos operacionais deste mecanismo** Coordenador técnico: Paulo R. Moutinho Equipe técnica: André Lima, Mariana Christovam e Osvaldo Stella Brasília, 18 de maio de 2010. p. 2

Apesar de muitas críticas, o mercado de carbono está se confirmando como sendo a principal política internacional de redução de emissões. Até mesmo muitos atores da sociedade civil (como WWF ou Greenpeace), que no passado criticaram o mercado de emissões, agora o estão aceitando como única alternativa. Mesmo assim, a inclusão de florestas num mercado de emissões causa polêmicas. A proposta de financiar REDD através de um mercado internacional de carbono só pode funcionar se a redução das emissões nos países industrializados puder ser compensada por certidões geradas através de REDD. Por exemplo: uma fábrica de cimento não consegue alcançar sua meta de redução. Ela, então, compra um crédito de um fazendeiro que diminui seu desmatamento. Este mecanismo é chamado de "*offset*".
Os mercados que existem não permitem a comercializacao de certifcados tipo REDD. Porém, a maior parte das grandes ONGs internacionais e atores importantes do Brasil (IPAM, Imazon) defendem fortemente um mecanismo REDD com mercado e querem mudar a situação atual. Para eles, somente um mecanismo de mercado poderia garantir as enormes somas que estão sendo esperadas. Além disso, o mercado seria mais flexível do que os governos. Hoje em dia já existem projetos no Brasil financiados por mecanismos de mercado. São os mercados voluntários, financiados por pessoas que pagam uma certa soma para financiar projetos de diminuição de emissões. A mais famosa experiência no Brasil é o Projeto Juma, no Estado do Amazonas, ligado a Fundação Amazônia Sustentável e financiado por uma rede de hotéis (Marriot). No mundo inteiro, projetos como estes estão pipocando. Eles têm um problema óbvio: como garantir que a dinâmica de desmatamento não somente migre para os vizinhos. No mundo das negociações este problema é conhecido como *leakage* – vazamento. Por causa disso, existe um amplo consenso de que um mecanismo internacional de REDD deveria ser estabelecido no nível nacional. Quer dizer, que a conta da redução de emissões tem que ser no nível de um país e não somente de um projeto ou uma região.

Até Copenhague, o Governo Brasileiro defendeu a posição de que REDD deveria ser financiado por um mecanismo de fundo e não de mercados. E criou para isso o Fundo Amazônia dentro do BNDES. Mas, durante o ano de 2009, um intenso processo de *lobby* mudou a posição do Governo. Os principais atores desta frente ampla de *lobby* pró-mercado foram IPAM e o Fórum da Amazônia Sustentável (coordenado pelo Imazon), o Ministério do Meio Ambiente, com Carlos Minc, e os governadores dos Estados da Amazônia.

Parece que agora prevalece uma posição que pode ser chamada de "vale tudo" ou em inglês "anything goes". O Brasil definiu suas metas nacionais e acata todos os financiamentos possíveis para estas metas – dentro das definições de uma Política Nacional de REDD.

Redd - as críticas

Quem acompanhou nos últimos anos as negociações internacionais pode observar que cresce um clima de grande expectativa em torno de REDD - diferente das frustrações que o processo geral causou. Num certo sentido, REDD virou a última esperança de que alguma coisa importante saia de todas essas negociações longas e complexas. No outro lado, REDD provocou críticas intensas e virou o assunto mais polêmico das negociações sobre clima. Os críticos se dividem em dois grupos: os que recusam veementemente qualquer inclusão de mercado e *offsets* num mecanismo de REDD e os outros que são mais preocupados com a maneira como o REDD vai ser implementado.

REDD e mercado

A maior polêmica mundial é se o REDD deveria ser financiado com mecanismos de mercado. Um mercado relevante de REDD depende de um mecanismo vinculante (obrigatório) com *offsets*. Somente haverá dinheiro suficiente se algum ator (provavelmente dos países do Norte) tiver que comprar certificados de REDD para não diminuir as suas emissões. Assim, um mecanismo de mercado oferece diminuições de emissões mais baratas e transfere recursos do Norte para o Sul (países com florestas tropicais). O problema é que assim a transformação necessária das economias do norte não acontecerá ou acontecerá com atrasos. Os defensores do mercado argumentam que *offsets* somente deveriam ser adicionais aos esforços "caseiros" de diminuir as emissões. Porém, é óbvio que *offsets* só podem ser adicionais. A questão é: adicional a qual meta de redução?

Depois do fracasso de Copenhague, um outro cenário é possível: não vai haver nenhum novo acordo global, somente um mecanismo REDD e uma ampliação dos Mecanismos de Desenvolvimento Limpo – MDLs (projetos com *offsets*). E se nem isso acontecer, resta a esperança de acordos bilaterais, especialmente com os EUA. Naquele país, que não assinou o protocolo de Quioto, há dois projetos de lei que preveem uma fatia

significativa de créditos de REDD junto com metas nacionais irrisórias de diminuição de emissões.

Neste sentido, há graves dúvidas se REDD é realmente um bom instrumento para políticas contra as mudanças climáticas. Entre as grandes ONGs internacionais, Greenpace ainda está mantendo uma posição critica, enquanto outras (WWF, TNC, CI) apoiam REDD com mercado.

Porém, para muitos atores do Sul, essas dúvidas sobre REDD como mecanismos de políticas anti - mudanças climáticas não são relevantes. A perspectiva de ganhar muito dinheiro para salvar as florestas é decisiva. Realmente, REED cria grandes expectativas em termos financeiros e para seus defensores, um velho sonho pode se tornar realidade: dar um valor à floresta em pé e financiar a preservação das florestas e não a destruição.

Estas expectativas explicam o grande apoio que as idéias de REDD ganharam especialmente no Brasil. No Fórum da Amazônia Sustentável, que desenvolveu no ano de 2009 um poderoso lobby pró-REDD reúnem-se o GTA (Grupo de Trabalho Amazônico), a Coiab (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira) e o CNS (Conselho Nacional das Populações Extrativistas antigo Conselho Nacional dos Seringueiros) com a Vale, Alcoa Wal Mart e Grupo Orsa. Por outro lado, atores críticos (entre outros Fase, Faor (Fórum da Amazônia Oriental), MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), CPT (Comissão Pastoral da Terra), Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), Amigos da Terra Brasil) aos mecanismos de mercado formularam na **Carta de Belém** uma posição diferente. Fora do Brasil, as discussões são ainda mais calorosas. Um primeiro resultado de REDD já é inegável: a proposta conseguiu dividir os movimentos sociais e especialmente os movimentos indígenas na América do Sul.

Para os críticos do mecanismo de mercado, REDD seria um nova etapa de comercialização da natureza e de redução das florestas à uma quantitade de carbono. Se o carbono se transforma numa mercadoria, REDD colocaria em questão quem é o dono das florestas.

Outros atores no mundo discutem mais como REDD seria desenhado e implementado. Enquanto a idéia basica do REDD até parece simples, os detalhes de negociações são complexos. Primeiro, não está claro o que REDD deveria contemplar. Hoje se fala de REDD+ ou já de REDD++. Existe um consenso razoáavel de que REDD não deveria somente focalizar na redução de desmatamento mas também na conservação de florestas. Mais polêmica é a inclusão de "manejo sustentável de florestas", como está escrito no texto oficial de Bali. Essa formulação pode ser entendida como um convite para a indústria madereira, que faz, segundo ela mesma, exatamente isso.

A base de muitas polêmicas de REDD é a definição oficial de florestas, que contempla tanto florestas nativas como florestas plantadas. Neste sentido, há o risco de que REDD poderia contemplar o reflorestamento com plantações especialmente de palmeiras de dendê. A clara exclusão de plantações monstrou-se um tema difícil nas negociações. Assim, para muitos observadores ainda existe a chance de que o resultado das negociações pode ser um "Bad REDD" - um Redd que abra as portas para ações não desejadas, como o apoio para plantações.

Neste contexto, os anúncios feitos pelo ex-ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, são preocupantes. Segundo suas declarações, o Brasil vai apoiar mecanismos de REDD que incluam reflorestamento de áreas degradadas. Além disso, Minc também anunciou um apoio à inclusão de sequestro de carbono num eventual REDD++. Sequestro de carbono normalmente significa plantação de árvores em monoculturas. Essas declarações agravam as preocupações para com o futuro. Para impedir que um acordo internacional termine com um "Bad REDD", os seguintes pontos são essenciais:

- REDD deveria se concentrar na preservação das florestas tropicais;
- Precisamos de salvaguardas fortes e claras contra o uso de áreas desmatadas para REDD;
- REDD não deve financiar "reflorestamento" com plantações de árvores;
- REDD não pode viabilizar plantações de árvores para sequestro de carbono.

Estes pontos ganham apoio de vários grupos que não são totalmente contra um REDD com mecanismos de mercado. Um outro consenso da sociedade civil é que REDD só poderia ser implementado com a garantia dos direitos indígenas. Mas, é até fácil de estabelcer uma retórica pró-direitos indígenas, muito mais difícil vai ser defender esses direitos na fase de implementação.

Algumas questões conceituais

No fundo das polêmicas sobre REDD encontram-se algumas questões conceituais independente da forma concreta de implementação. E a força de estabelecer REDD como mecanismo de mercado é tão grande que faz sentido discutir um possível futuro REDD como um mecanismo de mercado.

Redd como instrumento econômico conecta a questão do desmatamento a não emissão de CO2, esta é a ideia básica. Como o CO2 evitado já tem mercado e preço, REDD seria uma possibilidade de quantificar um "serviço ambiental" – a armazenagem de CO2. Mas isso quer dizer que REDD é somente um mecanismo para atores que poderiam oferecer este serviço. Como Redd ainda é vinculado a uma dinâmica de diminuição de desmatamento, o beneficiário ideal de REDD seria um grande proprietário que desmata muito. Como isso seria realmente uma perversidade, os defensores de REDD (no Brasil, por exemplo, o IPAM) elaborararam propostas que conectam redução de desmatamento e conservação – ou na linguagem técnica "estoque e fluxo". Assim os ganhos por diminuição de desmatamento seriam divididos entre os desmatadores (fluxo) e os atores que já preservam as florestas (estoque) como, por exemplo, os povos indígenas. Só com este formato uma política nacional de REDD no Brasil pode ser legitimada.

Mesmo assim os problemas continuam. REDD oferece dinheiro para desmatadores (para não desmatar) e para os povos tradicionais da floresta, que preservam ou desmatam pouco. O fluxo esperado é enorme, nos exemplos apresentados pelo IPAM conta-se com 725 milhões de euros para cinco anos.[3] Assim REDD não é um projeto qualquer, ou mais uma nova política estrutural, que estabelece o enfoque "desmatamento" e não desenvolvimento sustentável. REDD com mercado vai dividir e fragmentar atores socais na Amazônia. Quem pode oferecer serviços interessantes para REDD vai ser favorecido. Outros atores como pescadores ou camponeses fora das áreas de florestas não são compatíveis com esta "filosofia". Redd com mercado transforma políticas públicas para uma região em pagamento por serviços. Neste momento é muito difícil imaginar todas as consequências desta mudança.

Para que REDD como instrumento de mercado realmente funcionasse, os benefícios deveriam ser maiores que os ganhos com outras atividades econômicas (e.g.pecuária). Se isso realmente acontecesse, a dinâmica de ocupação de terras na Amazônia mudaria drasticamente. Qual seria a consequência de valorização de terras com cobertura florestal para os moradores, os pequenos produtores fora de áreas de conservação? Como estes atores difusos podem oferecer serviços de CO2 competindo com grandes proprietários?

Este cenário de fragmentação poderia ser evitado se REDD fosse concebido como uma política pública de um país. O Brasil diminuiria seu desmatamento e receberia dinheiro para isso. Este dinheiro poderia ser transformado em uma política pública de combate ao desmatamento e de políticas sociais e desenvolvimento sustentável. Esta era a visão predominante do governo brasileiro e do Fundo Amazônia até Copenhague. É impressionante como o *lobby* pro mercado mudou este cenário em 2009.

Na Amazônia, há claros sinais de que REDD não tem potencial para influenciar os rumos de modelo de desenvolvimento. A lógica de REDD vê uma concorrência entre conservação e transformação das florestas em pasto ou terra para agricultura, acredita-se que ganhando dinheiro com conservação desapareceria o incentivo para o desmatamento. Mas esta lógica não se aplica nem aos grandes empreendimentos nem à mineração. Os ganhos de REDD não podem concorrer com minas de bauxita ou poços de petróleo. No debate atual, fica evidente que para o governo brasileiro REDD é uma interessante chance de ganhar dinheiro e financiar conservação, mas não é uma peça chave para uma nova política de desenvolvimento na Amazônia. As grandes obras continuam. Ninguém quis fazer um cálculo oficial de quantas toneladas de CO2 e metano Belo Monte vai liberar – pelo contrário. Em Copenhague, o Governo do Pará apresentou Belo Monte com potencial de diminuir emissões em relação a geração de energia em termoelétricas.

Perspetivas

Por um lado Copenhague deu o sinal verde para REDD, mas por outro lado ficou claro que a implementação de um mecanismo global de REDD é um processo complexo e demorado. Vale a pena frisar que neste momento ninguém pode afirmar como vai ser um futuro desenho de REDD. É fundamental não confundir o futuro REDD com propostas de ONGs ou Governos. Em entrevista publicada no site "Celulose on line", Mauricio de Almeida Voivodic, da empresa de certificação Imaflora, que faz parte do lobby pro REDD, observa:

> "Os povos indígenas podem, ao mesmo tempo, ser os maiores beneficiados e os maiores prejudicados com toda esta evolução no debate sobre REDD. Na ausência atual de uma regulamentação legal, os riscos são ainda muito grandes e os resultados vão depender de que forma os mecanismos de REDD serão configurados. No pior cenário que é ainda bastante possível os territórios indígenas não serão passíveis de se beneficiar dos mecanismos de REDD, pois possuem uma baixa taxa

[3] Instituto de Pesquisas da Amazônia - Ipam. Op.cit. p.7

> histórica de desmatamento. Se este conceito de adicionalidade, importado inadequadamente do Protocolo de Quioto para os projetos de REDD, prevalecer, então REDD se transformará em um mecanismo perverso de exclusão social, que irá beneficiar unicamente os grandes produtores rurais que têm um grande histórico de desmatamento. Além disso, na ausência de uma regulamentação, empresas oportunistas vêm fazendo propostas indecentes para lideranças indígenas no Brasil, visando receber os direitos sobre os créditos de carbono de seus territórios, desrespeitando completamente os direitos dos povos indígenas, especialmente o direito ao consentimento livre, prévio e informado."[4]

Num clima de lobby pro REDD, é raro ler um reflexão como esta. Realmente, falta quase tudo: não existe um acordo global nem as bases legais no Brasil. No nível internacional, a fase atual foi proclamada como "Readiness for REDD" que quer dizer preparação para REDD. Para esta fase existem fundos significativos do Banco Mundial (Forest Carbon Partnership Facility) e da ONU (UN REDD Program) e uma articulação dos diversos processos na REDD+ Partnership. Na segunda fase, programas nacionais ou sub-nacionais deveriam ser financiados por um fundo, e só na terceira fase entraria um mercado internacional de carbono. No Brasil, o Fundo Amazônia já funciona e conta com um apoio significativo do Governo Noruguês. Mas por enquanto o Fundo financia projetos que não são muito diferentes dos tradicionais projetos de uso sustentável.

Governos e financiadores já estão rotulando quase todos os programas e linhas de finaciamento para florestas tropicais de REDD. Na justificativa desses financiamentos tem que haver um vínculo com redução de desmatamento, mas isso não muda tudo. Assim, sempre mais atores sociais na Amazônia estão envolvidos em projetos REDD que não são tão diferentes dos projetos passados. Para muitos destes atores REDD é uma esperança para um financiamento mais contínuo e maior, e uma chance para avançar de projetos pontuais para uma atuação de longo prazo nas suas políticas de uso sustentável.

O GTA inicou um processo de elaboração de critérios para REDD que une algumas reivindicações razoáveis sem entrar nos pontos mais polêmicos. O debate do "readiness for REDD" tem essa limitação: ele torna-se já um debate técnico, deixando de lado as questões políticas e conceituais. Especialmente no Brasil, os atores do *lobby* pro REDD assumiram posições fechadas em favor de um REDD como mecanismo de mercado. Para um novo diálogo, duas coisas seriam fundamentais: respeitar as esperanças que REDD evoca nos atores sociais da Amazônia e, por outro lado, levar a sério os argumentos contra REDD como mecanismos de mercado.

Há tempo para isso. Tudo indica que o processo internacional e nacional vai ser lento e deveria mesmo ser lento. Uma política global de REDD que não esteja baseada em direitos consolidados de comunidades e povos indígenas é um pesadelo. E a expectativa de ver logo "divisas significativas" para REDD podem ser frustradas. Estabelecer um mercado internacional de CO2 que inclui certificados de florestas é muito complicado. O problema é que este mercado só funciona se empresas e partes da indústria têm metas obrigatórias de redução (*caps*). Estabelecer estas metas é um processo altamente político e polêmico, como mostraram as experiências da implementação do Mercado de Emissões na União Européia.

Mas apesar dessas resalvas, o processo de "Readiness for REDD" vai continuar na Amazônia. Tanto empresas de consultorias quanto picaretas têm boas perspectivas de que vão vender projetos para um mercado voluntário. E os movimentos sociais da Amazônia são obrigados a conviver com uma situacão em que muitos atores veem em REDD uma esperança e outros, uma ameaça.

[4] Voivodic, Mauricio de Almeida. Imaflora divulga documento sobre critérios para projetos de REDD+
Entrevista publicada em 15 de julho de 2010. Acesso:
http://www.celuloseonline.com.br/entrevistas/Imaflora+divulga+documento+sobre+critrios+para+projetos+de+REDD

Barragem da hidrelétrica de Campos Novos, no rio Canoas em Santa Catarina. Licença Creative Commons

Hidrelétricas Amazônicas como Emissoras de Gases de Efeito Estufa

Philip M. Fearnside *

* Doutor em Ciências biológicas, pesquisador titular do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Manaus, Amazonas.
E-mail: pmfearn@inpa.gov.br

Durante a Conferência das Partes (COP) da Convenção de Clima, em Copenhague, uma repórter da Amazonia.org.br entrevistou o diplomata chefe da delegação brasileira nas negociações, e perguntou: "Mas, Belo Monte não é um dos projetos de hidrelétrica que o governo considera fontes de energia renovável e limpa?" A resposta foi: "É sim. Mas, o que estou dizendo é que eu acho que ela [a usina de Belo Monte] não se situa na Amazônia, né? Então é outro esquema"[1]. Evidentemente, se as pessoas chaves nem sabem que o Belo Monte fica na Amazônia, é difícil imaginar que eles saibam os detalhes dos argumentos com relação às suas emissões de gases de efeito estufa, entre outros impactos.

As emissões de gases de efeito de estufa representam um dos impactos que precisam ser avaliados no licenciamento pelas autoridades ambientais brasileiras. Represas hidrelétricas não produzem "energia limpa", ao contrário das afirmações da indústria hidrelétrica, dos porta-vozes governamentais e dos bancos que financiam a construção das barragens. Infelizmente, represas liberam gases de efeito estufa, contribuindo, dessa forma, com o aquecimento global.

Na Amazônia, freqüentemente, as barragens são mais prejudiciais do que a queima de combustível fóssil para a geração de energia, uma vez que uma hidrelétrica continua a emitir gases de efeito estufa durante muitas décadas, após sua construção. Nessas barragens, gases de efeito estufa são liberados em formas diferentes. Primeiro, as árvores mortas pela inundação da floresta amazônica freqüentemente se projetam acima da superfície da água e se deterioram ao ar livre, liberando gás carbônico (CO_2). Esse gás se constitui em uma contribuição líquida ao efeito estufa, diferente do gás carbônico que será liberado da água do reservatório, resultante da decomposição subaquática de plantas que crescem no reservatório ou na área circunvizinha, depois da construção da represa. A quantidade de gás carbônico que essas plantas absorvem da atmosfera enquanto crescem é a mesma que será liberada após sua morte, durante o processo de decomposição. Porém, muito da matéria vegetal que se decompõe no reservatório não libera seu carbono na forma de gás carbônico, mas sim como metano (CH_4). Isto ocorre porque a água do fundo do reservatório praticamente não tem oxigênio e, portanto, não há o oxigênio necessário para formar gás carbônico. Essa vegetação inclui ervas aquáticas (macrófitas), que crescem no reservatório, e gramíneas e ervas daninhas herbáceas, que crescem na área inundável, nas margens da represa que ficam expostas quando o nível da água está baixo e que são inundadas quando o reservatório enche novamente na estação

[1] Munhoz, F. 2009. "Só aceitamos a participação do Redd no mercado de carbono se ela for limitada", diz embaixador do Itamaraty. Amazonia.org.br, 07/12/2009. Http://www.amazonia.org.br/noticias/noticia.cfm?id=337116

chuvosa. A metade do peso seco da vegetação é carbono, e o impacto sobre o efeito estufa é maior quando a vegetação que se decompõem debaixo d'água libera este carbono na forma de metano em vez de gás carbônico. Isso ocorre porque, de acordo com o relatório de 2007 do Painel Intergovernamental sobre Mudança de Clima (IPCC), uma tonelada de gás metano, ao longo de 100 anos, equivale a 25 toneladas de gás carbônico. Entretanto, análises mais recentes, que incluem efeitos indiretos sobre poeira e outros aerossóis, indicam que o impacto de metano é 34 vezes maior que o de gás carbônico, para o mesmo período.[2]

Os reservatórios hidrelétricos são muito diferentes de lagos naturais, na medida em que a água que sai de um reservatório sai pelas turbinas, localizadas perto do fundo, ou então pelos vertedouros, passando por uma fenda que se abre quando uma porta de aço é levantada, também a uma profundidade considerável na coluna d'água. Em um lago natural, a água o deixaria através de um córrego de saída, dessa forma, ela viria da superfície, onde estaria em contacto com o ar. A água de um reservatório se separa em duas camadas, uma superfícial até aproximadamente 2 a10m de profundidade, onde a água é relativamente quente e contém oxigênio dissolvido oriundo do contacto com a atmosfera, e uma camada mais profunda, onde é água fria. A camada profunda, em que o oxigênio é praticamente ausente, não se mistura com a camada superficial. No sedimento no fundo do reservatório, a decomposição produz metano, que permanece em concentração elevada na água na camada profunda. Parte deste metano é liberada para a superfície na forma de bolhas ou por meio de difusão, essa última especialmente em um reservatório recém-formado. A maior parte da emissão, no entanto, ocorre quando a água passa pelos vertedouros e turbinas. Essa água está sob alta pressão (aproximadamente uma atmosfera para cada 10m de profundidade na água) e, quando é lançada abaixo da barragem, a pressão cai subitamente para apenas uma atmosfera. Os gases dissolvidos na água repentinamente tornam-se menos solúveis (Lei de Henry, na química), e a maior parte é liberada durante um curto espaço de tempo. Esse é o mesmo processo que ocorre quando uma garrafa de refrigerante é aberta e surgem bolhas de CO2, exceto que, no caso de um refrigerante, a diferença de pressão é muito menor do que em uma barragem hidrelétrica.

Quando um reservatório hidrelétrico é inundado pela primeira vez, ocorre um grande pulso de emissões de gases de efeito estufa, que permanece durante os primeiros anos. Isso inclui o lançamento do CO2 oriundo da decomposição das árvores mortas, acima da superfície da água, e a liberação de CO2 e CH4 oriundos de outros estoques de carbono existentes antes do enchimento do reservatório, tais como carbono do solo e das folhas que caem do reservatório, quando as árvores morrem. Este impulso inicial diminui à medida que se esgotam os estoques de carbono em formas que são facilmente degradáveis. A decomposição subaquática da madeira é muito lenta, resultando no fato de que a principal fonte de emissão de carbono de biomassa seja o material vegetal sem lignina, tais como gramíneas e outras plantas herbáceas.

Após o pico inicial das emissões a partir de estoques pré-existentes de carbono, haverá uma emissão sustentada em um nível inferior, oriunda de carbono que é produzido por fotossíntese no reservatório, na zona de deplecionamento e das folhas de árvores presentes na área de captação. Essas folhas caem e, posteriormente, são levadas para o rio e seus afluentes pelas chuvas torrenciais e os eventos de inundação associados. A emissão sustentada de metano pela decomposição de biomassa com essa origem representa uma fonte permanente de emissões de gases de efeito estufa.

A sugestão de que os reservatórios de hidrelétricas liberam gases de efeito estufa foi feita pela primeira vez em 1993, por um grupo de canadenses, com base em dados de reservatórios naquele país.[3] Publicado em 1995, um artigo de minha autoria[4] que revelou que a represa de Balbina, na Amazónia brasileira, teria um impacto maior do que os combustíveis fósseis, provocou a fúria da indústria de hidrelétrica. Porta-vozes da Associação Americana de Hidrelétricas (dos EUA) e da Associação Internacional de Hidrelétricas (do Reino Unido) alegaram que a noção de que barragens produzem metano seria uma "asneira" e que reservatórios representavam "um jogo de soma zero", porque as emissões provenientes dos ecossistemas pré-reservatórios seriam eliminadas. No entanto, os ajustes para essas emissões são incluídos nos meus cálculos, e os cálculos indicam um grande impacto líquido de barragens. A ELETRONORTE atribuiu a idéia a uma conspiração internacional que queria falar mal do Brasil

[2] Shindell, D.T.; Faluvegi, G.; Koch, D.M.; Schmidt, G.A.; Unger, N. & Bauer, S.E. 2009. Improved attribution of climate forcing to emissions. Science, 326: 716-718.

[3] Rudd, J.W.M.; Harris, R.; Kelly, C.A. & Hecky, R.E. 1993. Are hydroelectric reservoirs significant sources of greenhouse gases? Ambio, 22: 246-248.

[4] Fearnside, P.M. 1995. Hydroelectric dams in the Brazilian Amazon as sources of 'greenhouse' gases. Environmental Conservation, 22(1): 7-19.

(ver ambos os lados do debate na seção "Controvérsias Amazônicas" do site http://philip.inpa.gov.br).

Nos anos seguintes, uma quantidade significativa de pesquisa foi realizada para melhor quantificar as emissões de hidrelétricas. Esses estudos sempre encontraram emissões de gases de efeito estufa e a indústria hidrelétrica foi forçada a reconhecer que barragens liberam esses gases (ver revisão em outro artigo de minha autoria[5], publicado em 2008). A indústria passou a sustentar que as emissões são poucas e muito menores do que seriam emitidas se a mesma energia fosse gerada a partir de combustíveis fósseis. Infelizmente, em geral esta posição tem sido sustentada simplesmente por se ignorar as fontes principais de emissões das barragens, tais como o metano liberado das turbinas e vertedouros, bem como o CO2 da decomposição de árvores acima da superfície da água. As únicas emissões incluídas na maioria dos estudos financiados pela indústria hidrelétrica são as bolhas e a difusão através da superfície dos próprios reservatórios.
O primeiro inventário nacional do Brasil de emissões de gases de efeito estufa, lançado em Buenos Aires em 2004, na Conferência das Partes (COP) da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudaças do Clima, incluía uma seção sobre as emissões de hidrelétricas.[6] No entanto, as emissões provenientes desta fonte não foram incluídas no total da contribuição do país para o aquecimento global. Além disso, a seção sobre emissões hidrelétricas, mais uma vez, só incluiu as emissões da superfície do reservatório. Minhas estimativas, por exemplo, são mais do que 10 vezes maiores do que os números oficiais para as duas barragens na Amazônia, incluídas no relatório: Tucuruí[7] e Samuel[8]. Essa diferença é resultante, principalmente, da inclusão das emissões provenientes das turbinas, vertedouros e da decomposição de árvores mortas acima da superfície da água (ver trabalhos sobre cada barragem disponíveis em http://philip.inpa.gov.br). Nada mudou no Plano Nacional de Mudanças Climáticas (PNMC), apresentado em 2009 na COP em Copenhague[9]. Barragens são descritas como energia limpa e as emissões das turbinas e vertedouros não são mencionadas.

Neste momento, o exemplo mais flagrante de que essas emissões são ignoradas é o Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) para a barragem de Belo Monte, proposta para o rio Xingu. Um dos 36 volumes do EIA é dedicado às emissões de gases de efeito estufa, mas não chega a nenhuma quantificação do impacto do projeto e restringe a discussão às emissões da superfície do reservatório. Há quinze anos atrás, isso poderia ser desculpável, mas, atualmente, fingir que emissões das turbinas e vertedouros não ocorrem é indefensável (consulte a revisão sobre o EIA/RIMA Belo Monte em http://colunas.globoamazonia.com/philipfearnside/). O Estudo ignora completamente a literatura, hoje substancial, que mostra a liberação de quantidades significativas de metano das turbinas e vertedouros. Estas emissões não são meros "cálculos", pois têm sido medidas diretamente em Balbina, no Brasil,[10 e 11] e e em Petit Saut, na Guiana Francesa.[12]
No caso de Belo Monte, a controvérsia vai muito além das emissões das principais fontes de metano da represa em si. A controvérsia maior envolve o retrato da barragem na versão atual do EIA/RIMA como sendo a única planejada no rio Xingu. A maioria dos observadores que não trabalha para a indústria hidrelétrica ou que não é financiada por ela (inclusive este autor) considera este cenário fictício.[13] A Reserva Extrativista do Médio Xingu, proposta pela então Ministra do Meio Ambiente Marina Silva, foi vetada pela Ministra Dilma Rouseff, da Casa

[5] Fearnside, P.M. 2008. Hidrelétricas como "fábricas de metano": O papel dos reservatórios em áreas de floresta tropical na emissão de gases de efeito estufa. Oecologia Brasiliensis, 12(1): 100-115.

[6] Brasil, MCT (Ministério da Ciência e Tecnologia), 2004. Comunicação Nacional Inicial do Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. MCT, Brasília, DF, 276 p. Http://www.mct.gov.br/upd_blob/0005/5586.pdf

[7] Fearnside, P.M. 2002. Greenhouse gas emissions from a hydroelectric reservoir (Brazil's Tucuruí Dam) and the energy policy implications. Water, Air and Soil Pollution, 133(1-4): 69-96.

[8] Fearnside, P.M. 2005. Brazil's Samuel Dam: Lessons for hydroelectric development policy and the environment in Amazonia. Environmental Management, 35(1): 1-19.

[9] Brasil, Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (2009) Plano Nacional sobre Mudança do Clima PNMC Brasil. Ministério do Meio Ambiente, Brasília, DF, 129 p. http://www.mma.gov.br/estruturas/imprensa/_arquivos/96_01122008060233.pdf

[10] Kemenes, A.; Forsberg, B.R. & Melack, J.M. 2007. Methane release below a tropical hydroelectric dam. Geophysical Research Letters, 34: L12809, doi:10.1029/2007GL029479

[11] Kemenes, A. & Forsberg, B.R. 2008. Potencial ampliado: Gerado nos reservatórios, gás de efeito estufa pode ser aproveitado para produção de energia em termoelétricas. Scientific American Brasil Especial Amazônia (2): 18-23.

[12] Abril, G.; Guérin, F.; Richard, S.; Delmas, R.; Galy-Lacaux, C.; Gosse, P.; Tremblay, A.; Varfalvy, L.; dos Santos, M.A. & Matvienko, B. 2005. Carbon dioxide and methane emissions and the carbon budget of a 10-years old tropical reservoir (Petit-Saut, French Guiana). Global Biogeochemical Cycles, 19: GB 4007, doi: 10.1029/2005GB002457.

[13] Fearnside, P.M. 2009. O Novo EIA-RIMA da Hidrelétrica de Belo Monte: Justificativas Goela Abaixo. p. 108-117 In: S.M.S.B.M. Santos & F. del M. Hernandez (Eds.). Painel de Especialistas: Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte. Painel de Especialistas sobre a Hidrelétrica de Belo Monte, Belém, Pará. 230 p. Http://www.internationalrivers.org/files/Belo%20Monte%20pareceres%20IBAMA_online%20(3).pdf

Civil, porque "poderia atrapalhar a construção de barragens adicionais à usina de Belo Monte".[14] Isto implica confirmação da acusação de opositores de Belo Monte de que o cenário de uma única barragem é uma "mentira institucionalizada".[15] O plano original incluía a construção de cinco represas, a montante de Belo Monte, sendo que três dessas represas (embora em locais ligeiramente diferentes) foram incluídas no último plano, antes do anúncio, em 17 de julho de 2008, do cenário de uma única represa. O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), que instituiu a política de uma única barragem, é livre para reverter esta decisão a qualquer hora. Portanto, a seqüência mais provável de eventos deverá ser que, após a conclusão de Belo Monte, ou quando ela ainda estiver em construção, poderá haver uma "descoberta surpresa" de que Belo Monte seria economicamente inviável sem a água armazenada em represas a montante e, com isso, apareceriam as justificativas necessárias para a aprovação das represas adicionais.

A represa mais conhecida como "Babaquara" (oficialmente renomeada como "Altamira") seria a prioridade. No projeto original, esta represa teria um reservatório com 6.140 km2 de área, o dobro da área da notória represa de Balbina. A Babaquara teria uma zona de 3.580 km2 exposta na época da água baixa (i.e., maior que toda a área de Balbina) que seria reinundada todos os anos. A emissão potencial de uma represa como esta é enorme. Parte da emissão ocorreria no próprio reservatório de Babaquara e parte com a passagem da água carregada de metano para o reservatório de Belo Monte, localizado imediatamente abaixo dela. O "Complexo Altamira" (Belo Monte/Babaquara) não teria um saldo positivo em termos de impacto sobre o aquecimento global durante 41 anos.[16] Este prazo só se aplicaria se não fosse dado nenhum valor ao tempo, pois, se o fator tempo fosse considerado, o impacto cumulativo da hidrelétrica excederia o impacto de combustíveis fósseis para além do já longuíssimo período de 41 anos.

O problema fundamental quando se tratam de barragens e de emissões de gases de efeito estufa é a forma como as decisões são tomadas. Para se chegar a uma decisão racional sobre qualquer projeto energético, a primeira pergunta a ser respondida é a questão sobre o que será feito com a energia. Isto é particularmente importante no caso da barragem de Belo Monte, em que o fator dominante é a exportação de materiais eletro-intensivos, especialmente o alumínio. Esta é uma das utilizações de eletricidade que gera menos emprego no Brasil por GWh de energia consumida. No entanto, nem sequer começou uma discussão nacional sobre quais seriam para o país as melhores formas de utilização de energia (em oposição à produção de energia). A questão está totalmente ausente do atual Plano Decenal de Expansão Enérgetica (PDEE), lançado em 2009.[17]

Uma vez decidida a questão do uso de energia, as várias opções devem ser comparadas, incluindo investimentos em eficiência energética e a geração de energia a partir de uma ampla variedade de fontes potenciais além de combustíveis fósseis e hidrelétricas. Essas comparações exigem uma contabilidade aberta e abrangente, tanto dos impactos como dos benefícios de cada opção. As emissões de gases de efeito estufa representam apenas um dos muitos impactos de barragens hidrelétricas que devem ser considerados em tais comparações. As estimativas dos impactos das emissões devem incluir as emissões de metano pelas turbinas e pelos vertedouros, que têm sido ignoradas de forma sistemática nas posições oficiais brasileiras sobre o assunto. Esses impactos precisam ser considerados não apenas no sistema de licenciamento ambiental, mas também no planejamento em um nível mais alto sobre o rumo dos esforços de desenvolvimento nacional e nas decisões sobre financiamento dos bancos que constroem as barragens. Além disso, a intenção declarada de autoridades brasileiras de propor hidrelétricas como projetos para crédito de carbono sob o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, do Protocolo de Quioto, é baseado na presunção falsa de que essa forma de geração de energia realmente é limpa[18].

[14] Angelo, C. 2010. "PT tenta apagar fama 'antiverde' de Dilma", Folha de São Paulo, 10 de out. de 2010, p. A-15.

[15] Nader, V. 2008. Mentira institucionalizada justifica Hidrelétrica de Belo Monte. Correio Cidadania, 17 de Junho de 2008. http://www.correiocidadania.com.br/content/view/1955/

[16] Fearnside, P.M. 2009. As hidrelétricas de Belo Monte e Altamira (Babaquara) como fontes de gases de efeito estufa. Novos Cadernos NAEA 12(2): 5-56. http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/315/501

[17] Brasil, MME. 2009. Plano Decenal de Expansão de Energia 2008/2017. Ministério das Minas e Energia (MME), Brasília-DF.

[18] Agradeço ao P.M.L.A. Graça pelos comentários. Este trabalho foi modificado a partir de um artigo preparado para a revista Contra Corrente. As pesquisas do autor são financiadas por CNPq (305880/2007-1; 573810/2008 e INPA (PRJ13.03).

Forte seca na Amazônia brasileira em 2010. Licença Creative Commons

Mudanças Climáticas: impactos e políticas no Brasil

Maureen Santos *

* Técnica da FASE, mestre em ciência política pela UFRJ.

Introdução

Nos últimos dez anos, o debate sobre impactos das mudanças climáticas no Brasil era permeado por uma dúvida que estava presente tanto no discurso governamental quanto no de representantes do campo científico: os fenômenos extremos que estão ocorrendo serão mesmo provocados pelas mudanças climáticas fruto do aquecimento global ou somente por uma variabilidade climática? A segunda hipótese era defendida constantemente de forma oficial.

Isso, concretamente, provocava certo imobilismo nos debates acadêmicos – apesar da presença de cientistas brasileiros no Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) –, no âmbito governamental, e mesmo nas discussões na sociedade civil, como se uma comprovação formal ou oficial do fenômeno sobre o qual estávamos e estamos nos deparando fosse necessária. Este imobilismo era utilizado muitas vezes de forma a frear o debate e impedir a ação.

No entanto, as observações e os impactos dos fenômenos sentidos por parte da população – especialmente, as que se encontram em situação de vulnerabilidade – e o aumento da freqüência com os quais estes acontecimentos vêm ocorrendo, estão superando o ceticismo e demonstrando que as mudanças climáticas são de fato uma realidade no Brasil[1]. São atribuídos, pelo menos parcialmente, às mudanças climáticas, o furacão Catarina que atingiu o litoral dos Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul e a seca que afetou gravemente parte da Amazônia brasileira, ambos em 2005.

Os nexos entre os efeitos do aquecimento global, conseqüência de um modelo de quase duzentos anos de produção e consumo desigual e predador dos recursos naturais, e os efeitos das ocupações urbanas desordenadas, das mudanças no uso do solo, do crescimento e expansão dos monocultivos, mineração e pecuária, entre outros fatores, levam a um cenário ainda mais agravante para o país.

Impactos nas cidades e no campo

Os eventos extremos têm-se intensificado e as cidades são as mais impactadas. Se analisarmos somente o presente ano, de janeiro a agosto, tomando como referência a freqüência de chuvas fortes e com maior volume, juntando com os períodos prolongados de seca, chega-se

[1] Ver declarações de cientistas brasileiros:
http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20081205/not_imp288731,0.php http://verdadenobrasil.blogspot.com/2010/07/o-nordeste-e-as-mudancas-climaticas.html
http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=36187

a um panorama bastante preocupante e demonstrativo dos efeitos presentes e do que pode vir a se intensificar no futuro:

O ano de 2010 começou com uma grande tragédia na cidade de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro. Em dois dias choveu 142 milímetros, provocando deslizamentos de terra e muitas vítimas na virada do ano[2]. Ainda em janeiro, na cidade de São Paulo, o mês inteiro acumulou média de 480 mm de precipitação, além da capital mais treze cidades foram atingidas por problemas decorrentes da chuva forte no Estado como inundações e destruição de moradias[3]. No mês de abril, uma chuva torrencial na cidade do Rio de Janeiro e Grande Rio tiveram o volume de água esperado para todo o mês, em menos de 24 horas, foram 288 milímetros. Os efeitos: muitos deslizamentos em várias favelas, famílias inteiras soterradas, enchentes e muitas vítimas[4]. No mês de junho, no Nordeste, as enchentes nos rios Mundaú e Canhoto, nos estados de Pernambuco e Alagoas, provocaram uma das piores tragédias da região, com mais de 60 municípios em situação de emergência ou calamidade pública, mais de oitenta mil desabrigados, centenas de desaparecidos e muitas vítimas[5]. As tragédias demonstram as injustiças ambientais e climáticas que grande parte da população destes locais sofrendo.

No Centro-Oeste, ocorreu o contrário. Sem chuva, os meses de julho e agosto tiveram grande aumento de temperatura e baixíssima umidade, se comparado aos anos anteriores. Em algumas áreas foram registradas taxas de umidade consideradas de deserto, em torno de 11%. O tempo seco e o avanço da fronteira agrícola provocaram no Estado do Mato Grosso, por exemplo, "um aumento de 440% nos focos de incêndio entre julho de 2009 e julho de 2010"[6].

No campo, os impactos das mudanças climáticas também vêm sendo percebidos. Depoimentos colhidos em 2009 para gravação do documentário "Vozes do Clima"[7], produzido pela FASE, apontavam diversas alterações no regime de chuvas, das estações de colheitas, com reflexos no comportamento dos animais, na disponibilidade de água, entre outros. Em estudo publicado em 2007, a Embrapa apontou cenário futuro bastante pessimista em relação à produção de nove cultivos do país, sendo quatro deles fundamentais para a proteção da segurança e soberania alimentar da população: arroz, feijão, milho e mandioca. O aumento da temperatura levaria a mudança na geografia da produção destes cultivos, com graves perdas para o Nordeste se nada for feito, além de uma redução da produtividade na maioria deles, tendo o arroz e o milho à maior perda, em média 30%.[8]

Os biomas são atingidos

Organizações sociais, institutos de pesquisa e órgãos governamentais de meio ambiente apontam muitas preocupações em relação aos biomas brasileiros. Estudos indicam que os "ecossistemas naturais não apresentam grande capacidade de adaptação à magnitude das mudanças climáticas se estas ocorrerem no curto intervalo de décadas". Sendo assim, poderão ocorrer alterações irreversíveis nos biomas brasileiros, com grave ameaça para a mega-diversidade de espécies da flora e da fauna, em especial da Amazônia, que corre o risco de ter parte de sua região transformada em Cerrado ou sofrer o que chamam de "savanização"[9].

Neste mesmo sentido, a Caatinga deverá ser fortemente afetada, pois a tendência é que o processo de desertificação que já vem ocorrendo se acelere ainda mais com as mudanças climáticas. Já o norte do Estado do Espírito Santo e sul da Bahia demonstram a semi-desertificação de áreas do bioma Mata Atlântica. Há alguns pesquisadores que acreditam que antes dos biomas serem suprimidos pelos impactos climáticos apontados pelos modelos e tendências propostos, ocorrerá o desaparecimento de milhares de espécies.

Impactos na saúde da população

Outro ponto relevante são as conseqüências dos efeitos das mudanças climáticas para a saúde da população. Em

[2] Chuva em Angra na virada foi a maior dos últimos dez anos. Em: http://g1.globo.com/Noticias/Rio

[3] As chuvas em São Paulo neste início de ano são realmente normais? Disponível em: http://g1.globo.com/Noticias/SaoPaulo e Defesa Civil aponta 4.979 desabrigados, 7.295 desalojados e 10 mortos em SP, disponível em: http://g1.globo.com/Noticias/SaoPaulo

[4] Chuva no Rio de Janeiro já é a pior da história. Disponível em: http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil

[5] Justiça Climática como solidariedade frente às enchentes. Disponível em: http://www.fase.org.br/v2//pagina.php?id=3314 e Cresce o número de mortos por enchentes no Nordeste http://oglobo.globo.com/cidades/mat/2010/06/23

[6] O Brasil em chamas e a questão climática. Ver em: http://www.fase.org.br/v2//pagina.php?id=3374

[7] Vozes do Clima. FASE, 2009. Assista em http://www.fase.org.br/v2/pagina.php?id=3205

[8] Aquecimento global e a nova geografia da produção agrícola no Brasil. Embrapa, 2007.

[9] Mudanças Climáticas e possíveis alterações de biomas na América do Sul. MMA, Relatório 6, 2007.

um novo contexto climático, doenças tropicais como a malária e a dengue se expandirão para áreas como o Sul do país e poderão provocar epidemias mais freqüentes, devido ao aumento da temperatura e umidade. Além disso, períodos de seca prolongados gerarão estresse hídrico em diversas regiões. Desta forma, migrações populacionais em massa entre regiões poderão acontecer, além de disputas mais acirradas pela terra e por recursos naturais, trazendo à tona mais conflito no campo e mais violência nas cidades.

Esse quadro de drásticas conseqüências sobre a saúde, os territórios e ecossistemas deverá ampliar a vulnerabilidade das populações atingidas por tais fenômenos, cujos impactos tendem a ser muito díspares em função das desigualdades sociais e ambientais a que está submetida uma grande parcela da população brasileira. Assim, é importante salientar que os impactos das mudanças climáticas não se devem somente ao fenômeno em si, mas a uma pré-condição sócio-política do Brasil que aprofunda ainda mais o problema e dificulta a busca por soluções.

O modelo atual de desenvolvimento no Brasil e às mudanças climáticas

Populações tradicionais das regiões dos biomas Amazônia, Cerrado, Pantanal e Mata Atlântica vêm apontando as conexões entre o desmatamento provocado pela pecuária, monocultivos de soja, cana e eucalipto – que faz o Brasil estar em 4º lugar na lista atual de maior emissor de gases do efeito estufa – e as falsas soluções ao enfrentamento da crise climática, que transformam os vilões em salvadores do clima.

Um exemplo é o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), aprovado pelo Protocolo de Kyoto. Este instrumento de flexibilidade, principal componente do sistema de compensações (*offsetting*) permite que os países do Anexo I – países desenvolvidos – cumpram parte de seus compromissos de redução de emissões de gases do efeito estufa comprando cotas de "não-emissões" de países do Sul, um dos componentes principais do chamado mercado de carbono. No Brasil, há um projeto apresentado ao MDL que qualifica bem esta questão das falsas soluções, demonstrando que a atividade de captação de carbono por meio do reflorestamento com monocultivo de eucalipto "não resulta em nenhuma contribuição permanente para esfriar o planeta". Ao contrário, aprofunda mais ainda os problemas sócio-ambientais no Sul sem enfrentar o desafio mundial de mudança do modelo de produção e consumo. É o caso Plantar S.A, sobre "*Reflorestamento como fonte renovável de fornecimentos de madeira para o uso industrial no Brasil*".[10]

Em carta enviada ao Conselho do MDL, organizações sociais e ambientalistas apontaram que:

> (...) é inaceitável que o carbono armazenado nos eucaliptos justifique a emissão de uma quantidade equivalente de carbono da queima de combustíveis fósseis por empresas poluidoras da Europa. Isto resulta num aumento líquido da quantidade de carbono em circulação, aprofundando ainda mais a crise climática. Enquanto isso, a Plantar, ao vender 'créditos de carbono', ganha dessas empresas poluidoras um subsídio a mais para continuar poluindo e lucrando.

Outros projetos de MDL em curso no Brasil, assim como a utilização dos agrocombustíveis, etanol e a instalação de grandes centrais hidrelétricas como supostas soluções no contexto das crises globais – financeira, energética e climática – reforçam o modelo excludente, impedem o debate sobre transição e contribuem para a não enfrentamento do aquecimento global.

Neste sentido, há no país a perpetuação de uma visão desenvolvimentista que concentra os benefícios do desenvolvimento nos grupos privilegiados e os danos ambientais sobre os mais destituídos, tendo o agronegócio e as mineradoras – destruidores dos ecossistemas, principais emissores e exploradores intensivos de energia e água – como seus principais beneficiários. Essa visão não leva em consideração os limites do planeta, nem a preservação dos ecossistemas, imprescindíveis para frear as mudanças climáticas. Ao contrário, percebe as mudanças climáticas como uma nova oportunidade para aumentar os lucros de alguns setores econômicos do país, como através do mercado de carbono, e para a manutenção do atual modelo de desenvolvimento capitalista usurpador dos bens comuns e da natureza.

Assim, o modelo aplicado no Brasil não prioriza o debate e a criação de políticas públicas sobre a mudança no padrão de produção e consumo, nem a articulação entre as dimensões sociais e ambientais das políticas. Aprofunda os impactos nas condições da vida da população no campo e nas cidades e não reconhece os direitos das comunidades às seus territórios e ambientes de vida e de trabalho.

[10] Carta ao Conselho Executivo do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) da UNFCCC sobre processo nº 2569 - Reforestation as a Renewable Source of Wood Supplies for industrial use in Brazil. Plantar S.A.

Política Nacional de Mudança do Clima: poucos avanços e aprofundamento do modelo

O Brasil anunciou durante a COP 15, em Copenhague, compromissos voluntários de redução das emissões de gases de efeito estufa, com um corte entre 36% a 39% até 2020 baseados no desvio da curva de crescimento no cenário *business as usual*. Estes cortes viriam de 80% da redução do desmatamento da Amazônia e 40% do desmatamento do Cerrado, 4,9% a 6% da redução na agropecuária; 6,1 a 7,7% na redução de emissões no setor energético e 0,3% a 0,4% no setor de siderurgia.

Para implementar estas políticas, foi aprovada em dezembro de 2009, a Lei Nº12.187, que estabelece a Política Nacional de Mudanças do Clima[11] e seus seguintes instrumentos: Plano Nacional de Mudanças Climáticas, O Fundo Nacional de Mudanças do Clima, Planos de Ação para evitar e controlar o desmatamento nos biomas, Comunicação Nacional à UNFCCC, medidas fiscais e tarifárias para estimular a redução de emissões, entre outras.

Além dos cinco setores apontados, outros setores serão submetidos a cortes de emissões, são estes: transporte, indústria de transformação, indústria de bens de consumo duráveis, indústria de química fina; celulose e papel; construção civil e serviços de saúde.

Apesar dos esforços do governo brasileiro em apresentar medidas para o enfrentamento da crise climática e a distribuição de renda e combate a pobreza, as propostas atuais estão longe de atingir o objetivo. E pior, muitas políticas governamentais – e algumas omissões – estão aprofundando os sérios problemas sócio-ambientais existentes no Brasil e promovendo as chamadas falsas soluções que não controlam a crise climática, como a produção dos agrocombustíveis em larga escala e os projetos de mercado de carbono, conforme apontado anteriormente.

As ações de redução propostas, por exemplo, no setor de siderurgia são relativas à substituição da utilização do carvão vegetal proveniente de madeira de desmatamento para carvão vegetal de monocultivo de eucalipto. Esta medida irá gerar a expansão do eucalipto no país e a continua inclusão nas políticas públicas de medidas que não diferenciam florestas de monocultivos de árvore. É importante destacar que o eucalipto ocupa a quarta posição no Brasil, em termos de terra cultivada, segundo dados do Ministério da Agricultura (MAPA) e que a área ocupada pelo monocultivo no país é feito às custas da produção de alimentos, da destruição da biodiversidade, da contaminação da água pelos agrotóxicos utilizados na produção e do desalojamento de comunidades.

Outra crítica à Política e do Plano é que ainda não foram incluídas medidas de adaptação. Ambos são sobre adaptação e mitigação, mas só levam adiante as propostas de redução de emissões. Com esta percepção de que faltava criar um escopo para o estabelecimento de políticas publicas para adaptação, organizações e movimentos sociais, universidades, órgãos de governos e representantes de alguns ministérios se reuniram no GT Pobreza, Vulnerabilidade e Mudanças Climáticas[12], do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, para debater e construir uma proposta de Plano Nacional de Adaptação, com objetivo também de levar o debate para a sociedade brasileira e os afetados pelas mudanças climáticas.

Neste sentido, percebe-se a contínua necessidade de mais pressão e controle social por parte da sociedade e das organizações e movimentos sociais, para que o governo possa mudar os rumos do modelo atual de desenvolvimento, tendo como um dos pilares o enfrentamento da crise ambiental e climática.

Enfrentar os desafios que a crise climática nos apresenta é compartilhar a idéia de transição para uma economia de baixo carbono, com outra forma de produção e de consumo. É implementar uma matriz energética renovável e descentralizada, com maior eficiência no sistema de transporte público de qualidade; pensar cidades e empregos sustentáveis; valorizar as experiências democráticas e sustentáveis – praticadas por diversas comunidades e movimentos sociais – que são mais resilientes às alterações climáticas, além de também mitigar as emissões. Assim, buscar novos caminhos é fundamental, tendo a justiça ambiental e climática, a soberania alimentar e energética como princípios norteadores, pensando o futuro a partir do estabelecimento no presente de um novo paradigma de vida e sociedade para a sobrevivência das próximas gerações.

[11] Lei nº 12.187 Política Nacional de Mudança do Clima http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12187.htm

[12] A FASE é membro deste GT.

Plataforma de petróleo na baía de Guanabara, Rio de Janeiro. Licença Creative Commons

Desafios para a sustentabilidade socioambiental em tempos de pré-sal*

Julianna Malerba e Marcelo Calazans **

* Uma versão integral deste artigo estará, em breve, disponível nos sites: http://www.fase.org.br e http://www.justicaambiental.org.br. Agradecemos a Jean Pierre Leroy pelos comentários e contribuições ao texto.

** Juliana Malerba é mestre em Planejamento Urbano e Regional; Marcelo Calazans é sociólogo e mestre em Educação. Ambos são integrantes da FASE e membros da Rede Brasileira de Justiça Ambiental. Marcelo participa ainda da Rede Alerta contra o Deserto Verde e da Articulação Capixaba de Agroecologia e é também ponto focal no Brasil da RECOMA (Rede Latino-americana contra Monocultivo de Árvores) e do Grupo de Durban para Justiça Climática.

Em agosto de 2009, o governo brasileiro anunciou a descoberta de, no mínimo, 10 bilhões de barris de petróleo nas bacias sedimentares que se situam na faixa litorânea da costa brasileira, o que permitirá ao país aumentar substancialmente as suas reservas atuais, estimadas em 14 bilhões de barris.

Estudos geológicos apontam a existência de reservas na camada pré-sal[1] dessas bacias da ordem de 80 bilhões de barris, podendo chegar a mais de 200 bilhões. Uma vez confirmadas as projeções, estima-se que a sua extração possa vir a gerar entre 5,6 e 14 trilhões de dólares, que representam, no mínimo, quase quatro vezes mais que o PIB atual do país.[2]

Amplos setores da sociedade têm demonstrado forte apoio à proposta governamental de investir na exploração das reservas descobertas, orientados pela perspectiva de que a riqueza gerada poderá equacionar a enorme dívida social do país, corrigindo as desigualdades e impulsionando o crescimento econômico do Brasil. Com esse fim, está, nesse momento, em discussão no Congresso Nacional a construção de um marco regulatório específico que garanta controle social e estatal sobre a produção e a renda petrolífera.

Em que pese a legitimidade de se garantir controle social e público sobre a produção de energia e sobre o uso de sua renda, há sérias **lacunas** no debate. E, ao que parece, essas lacunas não poderão ser equacionadas apenas com a construção de um marco regulatório que garanta transparência e controle público sobre os investimentos e recursos gerados pela exploração do pré-sal. Antes de tudo, é necessário esclarecer em que medida a opção pelo aumento da exploração de combustíveis fósseis deverá aprofundar o modelo de desenvolvimento vigente.

Senão, vejamos:

1. A primeira dessas lacunas refere-se ao fato de que frente à urgente necessidade de diminuir o consumo de combustíveis fósseis em função do quadro de crescente aquecimento global, o Brasil, ao assumir a intensificação da exploração do petróleo como estratégia de desenvolvimento, escolhe um caminho inverso àquele que deve pautar as políticas energéticas e de desenvolvimento de nações realmente preocupadas com o futuro do planeta. Num momento em que países industrializados dão claros sinais de mudanças nas suas matrizes de produção de energia e orientam suas pesquisas nesse sentido, o Brasil dirige maciçamente os

[1] A chamada camada pré-sal é uma faixa que se estende ao longo de 800 quilômetros na costa brasileira entre os Estados do Espírito Santo e Santa Catarina, abaixo do leito do mar. O petróleo encontrado nesta área está a profundidades que superam os 7 mil metros, abaixo de uma extensa camada de sal.

[2] DIEESE. Desafios rumo a construção de uma nova legislação para a indústria de petróleo e gás natural no Brasil. Estudos e Pesquisas, n. 48 outubro de 2009, p 3-4.

seus esforços e recursos para uma fonte energética que tende a ser progressivamente marginalizada. Uma postura preocupante para um país que deseja assumir liderança a nível regional e mundial, cuja economia tem influência sobre os fluxos de mercadoria, pessoas e bens em escala, sobretudo regional, mas também global.

2. Além disso, pouco se tem discutido sobre o que significa, de fato, em termos socioambientais e ecológicos, a aposta brasileira de ampliar sua influência a nível internacional e alavancar seu desenvolvimento através do aprofundamento da exploração de petróleo. Nenhum estudo até agora feito para subsidiar a discussão aponta quais serão os impactos socioambientais e territoriais dessa nova frente de expansão da exploração petrolífera. Imaginamos, no entanto, que haverá alterações significativas nos locais que servirão de base de apoio para toda a exploração *off-shore* e que receberão os impactos da implementação de redes de gasodutos, oleodutos, estações de separação, novas centrais de produção de energia, das siderúrgicas e demais infra-estruturas necessárias ao desenvolvimento dessas atividades. O litoral do sudeste, em particular, já duramente atingido pelo processo histórico de ocupação e de concentração das atividades econômicas, deverá ser ainda mais impactado.

Um exemplo de impacto negativo que pode ocorrer nesses casos é o recente e trágico acidente em alto mar, com a plataforma de petróleo Deepwater Horizon, nos Estados Unidos, que ocasionou um derrame contínuo de milhares de barris de petróleo por meses no Golfo do México e representa um alerta sobre os riscos da produção de petróleo em tamanha profundidade.

Mas, além dos riscos, outra questão séria é que a atividade demandará investimentos altíssimos[3]. Embora apresentada como fonte de divisas para investimento em políticas que irão reparar a dívida social do país com os excluídos[4], as atividades econômicas assim como os empregos gerados não obrigatoriamente compensarão o afluxo de pessoas e a falta de infraestrutura urbana e podem até mascarar, com a euforia do "desenvolvimento", o aumento nos níveis de desigualdade social decorrente das migrações e os impactos territoriais e sobre meio ambiente marinho, costeiro, urbano e natural que a exploração do pré-sal pode vir a causar. Esta é uma contradição recorrentemente ignorada, não apenas no debate sobre o pré-sal, mas nas discussões sobre projetos de desenvolvimento que vêm sendo orientados por uma leitura da realidade que desconsidera os impactos socioambientais e, sobretudo, desiguais das atividades econômicas sobre os grupos mais vulneráveis.

3. Além disso, em que pese a importância de ampliar o investimento em energias limpas, a utilização da renda petrolífera, como tem sido defendida por alguns setores, como condição para viabilizar a diversificação energética e a construção de uma transição para uma sociedade menos dependente de recursos fósseis, significa, no limite, considerar que é possível construir um novo modelo a partir do aprofundamento da mesma estrutura que mantém o atual modelo que se deseja alterar.

Significa acreditar que é possível ampliar o parque industrial e toda a cadeia de produção petrolífera para, então, construir, com os recursos gerados por essa expansão, um processo de transição rumo a uma economia progressivamente menos dependente dos recursos fósseis. Apesar de demandar um enorme planejamento estatal fundado em um amplo consenso social, até agora não tem sido seriamente discutido como se dará esse processo, o que deveria estar no centro do debate. Modificar a forma como hoje são repartidos os benefícios provenientes da exploração já em curso, de maneira a destinar recursos para construção de um processo de progressiva autonomia da dependência do petróleo, faz sentido. Acreditar, entretanto, que essa transição se dará a partir de um processo que tende a aprofundar o modelo petrodependente, um processo cujos elementos sequer estão em debate, parece pouco factível.

4. Finalmente, é importante apontar que a opção pela exploração do petróleo na camada do pré-sal se inscreve em um processo de estímulo à dinâmica de consumo de massas sobre a qual está atualmente organizada a política econômica brasileira[5]. Um processo que tende a manter um padrão produtivo consumista que precisa ser discutido à luz dos desafios postos pelas crises (financeira, climática, social e ambiental) em curso.

[3] Com a perfuração de apenas um poço em Tupi, a Petrobras gastará em torno de U$ 120 milhões, o que representa mais de dez vezes o custo da perfuração de outros poços, como os da Bacia de Campos. Conf. Transpor a camada de sal: o novo desafio. Planeta Coppe, 12/12/2007. http://www.planeta.coppe.ufrj.br/artigo.php?artigo=947

[4] Lula diz que pré-sal é sinal de Deus e chance de reparar dívida com pobres. Folha on line, 14/08/2008. http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u433564.shtml

[5] Uma medida que corresponde a essa política foi tomada em 2008, quando o governo determinou a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados aplicados inicialmente a carros e caminhões, com benefício prorrogado, em seguida, para motos, materiais de construção e eletrodomésticos, como forma de estimular as vendas e amortizar os efeitos da crise global. As vendas no varejo cresceram aceleradamente chegando, em maio de 2009, a um aumento de 30% em relação ao mesmo período no ano anterior. Sob IPI reduzido, vendas no varejo cresceram 30% em maio. G1, 25/06/09.

É certo que os níveis de consumo em nosso país são muito desiguais e que uma parcela considerável da população necessita de acesso à energia e a determinados bens de consumo e níveis de conforto e saúde que lhes garantam dignidade. Por outro lado, construir um modelo de inclusão social que, no limite, visa universalizar um padrão de consumo europeu e norte-americano não nos permite discutir amplamente e enfrentar a insustentabilidade ambiental e social do atual modelo de desenvolvimento, que se reproduz com base em uma demanda de consumo ilimitada.[6]

A euforia em torno do crescimento econômico que será gerado a partir da exploração de petróleo no pré-sal pode contribuir para dissimular a necessidade urgente de enfrentarmos a contradição e os limites do padrão de produção e consumo atual. Assim como pode adiar a construção de um debate com a sociedade que requalifique os valores que dão sentido a esse padrão de consumo. Esse debate nos permitiria desconstruir a imediata relação entre consumo e bem-estar e, assim, ressignificar o sentido da universalização de padrões de vida e comportamento, redefinindo quais são as nossas reais necessidades.

Garantir controle social e público sobre a produção de energia e, em especial, do petróleo é, sem dúvida, importante e fundamental para construir uma transição até um modelo de desenvolvimento de outro tipo para o país. Um desenvolvimento em que seja priorizado o transporte coletivo e estimulado o uso de ciclovias, em que ocorra uma progressiva des-concentração do parque industrial e do mercado de trabalho e se promova uma permanente aproximação da produção dos centros consumidores. Um modelo que seja capaz de alterar a política de endividamento do Estado, a fim de garantir que os recursos já existentes sejam, de fato, investidos em políticas de saúde, educação, moradia e saneamento e em cadeias produtivas que alimentem tais serviços. E que contribua para a necessária superação da economia do desejo do indivíduo, baseada no consumo excessivo e na produção incessante de mercadorias, até um novo modelo global societário.

Resta, entretanto, saber se o aprofundamento do modelo petrodependente, sobre o qual está sendo feita a discussão em torno do controle social e público do planejamento e da produção do pré-sal, poderia ajudar a construir tais mudanças. Não é o que apontam os termos do debate.

.

[6] Exemplo claro do padrão produtivo consumista é a ampliação da frota automobilística nacional que, estimulada pela redução do IPI, aprofunda o caos urbano das grandes metrópoles brasileiras, onde a média de velocidade não ultrapassa os 20 km/hora.

Contêineres com lixo ilegalmente exportado pelo Reino Unido para o Brasil. **Foto**: Licença Creative Commons

Encolher o comércio global para esfriar o planeta

Fátima Mello e Jean Pierre Leroy *

* Fátima Mello é mestre em relações internacionais (IRI-PUC RJ) e Jean Pierre Leroy é educador. Ambos são assessores do núcleo Brasil Sustentável da FASE. Fátima é também secretária executiva da REBRIP (Rede Brasileira Pela Integração dos Povos).

Desde a COP15[1] realizada em Copenhague, o mundo vem assistindo os impasses e a falta de vontade política por parte dos governos para o efetivo enfrentamento das mudanças climáticas. Os bloqueios que se desdobrarão na COP16 em Cancun não deixam dúvidas de que os governos dos países ricos e em desenvolvimento não estão dispostos a darem passos consistentes rumo à transição para um novo modelo de produção e de consumo.

Antes de Copenhague, uma dimensão central desta agenda esteve em debate na VII reunião ministerial da OMC (Organização Mundial do Comércio), em Genebra, onde os governos tentaram mais uma vez concluir a Rodada de Doha de liberalização do comércio global. A espiral dos fluxos de comércio internacional que alimenta a globalização da produção e do consumo está no centro do problema das mudanças climáticas. Ainda assim, as abordagens predominantes parecem convergir para um argumento que reforça as teses do livre comércio como caminho para reduzir emissões de gases do efeito estufa. Estas visões advogam que a crise do clima poderia ser enfrentada com mais livre comércio no plano global, com a transferência de novas tecnologias limpas do Norte para o Sul, com a transformação do ar em *commodity* via mercado de carbono, com as compensações de emissões do Norte via financiamentos no Sul.

O chamado livre comércio tem um peso imenso na crise climática. A liberalização e desregulamentação do comércio internacional, levadas a cabo pelos acordos da OMC e de outros tratados bilaterais e regionais de livre comércio, têm gerado gigantescos e crescentes fluxos globais de mercadorias ao redor do planeta, que vão desde produtos baratos produzidos a baixíssimo custo por países como a China e outros do Sul, até a circulação de milhares de toneladas de lixo. As regras da OMC permitiram que as grandes corporações buscassem lugares no planeta onde a força de trabalho e os recursos naturais como terra, água, biodiversidade são abundantes e passíveis de uma superexploração. Elas deslocam suas plantas e suas partes da cadeia de produção ao redor do globo, produzindo aberrações como o fato de um iogurte ou de os componentes de um prato de comida viajarem milhares de quilômetros através de vários países, até chegarem às mesas dos consumidores cheios de conservantes e estabilizantes, imprescindíveis à conservação dos alimentos em tão longas viagens. A "especialização" em produções para exportação na agricultura da maioria dos países pobres e dos chamados em desenvolvimento os levou a encolher ou suprimir a agricultura voltada para o consumo local, o que, paradoxalmente, levou à destruição do campesinato e à importação de alimentos (inclusive para essas populações anteriormente auto-suficientes) em países antes autônomos.

Além disso, o deslocamento da produção dos países do Norte para países do Sul tem o efeito perverso adicional

[1] XV Conferência das Partes Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas.

de "desviar" e fazer migrar a emissão de gases do efeito estufa para os países do Sul, transferindo a contabilidade das emissões e a respectiva responsabilidade para sociedades que não vão usufruir desta produção. Esses países, ao contrário, ficarão apenas com os ônus dos impactos sociais, ambientais e climáticos de uma produção voltada para satisfazer o consumo em outros países, que por sua vez não contabilizarão esta produção em seus cálculos de emissões. Com isso, os países do Sul veem consolidado seu estatuto de fornecedores de matérias primas e commodities, a verdadeira riqueza, sendo gerada no Norte. Há uma vantagem a mais para as indústrias e países do Norte: podem com isso apresentarem-se mais verdes e mais econômicos em carbono, quando na realidade se mascara a "fuga de carbono" para o Sul.[2]

Essa dinâmica da economia globalizada, e o lugar no qual o Brasil se colocou neste sistema, transformou o país em território de imensos monocultivos voltados para exportação, como é o caso da soja para alimentar porcos, frangos e outros animais na Europa, China e outros países e regiões e, circunstancialmente, tendo como subproduto o biodiesel; do eucalipto para a produção de papel e celulose que alimenta o consumo de papel na Europa; e da cana-de-açúcar para a produção de etanol como agrocombustível.

> "Soja e cana-de-açúcar são as duas principais matérias-primas dos agrocombustíveis produzidos no Brasil. Juntas, elas ocupam uma superfície de cerca de 29 milhões de hectares, que correspondem aproximadamente ao território da Itália. Destacam-se também os chamados desertos verdes, monocultivos de eucaliptos e pinus, cuja madeira é em parte utilizada como combustível."[3]

A criação de gado bovino, que soma mais de 200 milhões de cabeças e coloca o Brasil como segundo produtor e primeiro exportador mundial, está na raiz da dinâmica dos desmatamentos, além de liderar as emissões de metano (61% em 2005). No caso do CO2, a categoria "mudança no uso da terra e florestas" responde por 76% das emissões (em 2005).[4]

Estes monocultivos precisam de toneladas infindáveis de fertilizantes e insumos químicos, o que contribui ainda mais para as mudanças do clima. Segundo Sílvia Ribeiro, do Grupo ETC: "o uso de fertilizantes químicos e outros agrotóxicos conduz necessariamente à destruição da vida microbiana do solo e é reconhecido como um importante fator de emissões de gases do efeito estufa. Os fertilizantes sintéticos, além do que emitem, destroem a capacidade do solo de captar e armazenar carbono."[5] Somado a isso, a base de produção destes insumos é o petróleo. Estes monocultivos estão levando à destruição dos biomas Amazônia e Cerrado, ecossistemas fundamentais para o equilíbrio térmico da América do Sul e do planeta. Sem falar do fato de que, contribuindo tão fortemente com a diminuição da biodiversidade biológica, a supressão da vegetação nativa e, consequentemente, com a diminuição (e contaminação) das águas, desde já prejudicam as necessárias medidas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas que têm que ser pensadas e tomadas imediatamente.

Quanta energia é gasta nos fluxos de transporte global de mercadorias? Qual o impacto desse gasto de energia nas emissões de carbono? Em que a redução deste comércio global e a respectiva relocalização e regionalização do comércio poderiam contribuir para o enfrentamento da crise climática? Segundo Walden Bello:

> "a economia globalizada tem sido intensiva em transporte, largamente dependente do crescente transporte de longa distância de mercadorias. O setor de transporte por sua vez é intensivo em combustíveis fósseis, sendo responsável em 2006 por 13% das emissões de gases do efeito estufa e por 23% das emissões globais de carbono. Uma queda na economia global dependente de exportações, portanto, traz consigo também uma queda significante das emissões de carbono."[6]

O comércio global de produtos agrícolas ou a globalização do sistema alimentar produz impactos no clima de diversas maneiras. O modelo de agricultura industrial do agronegócio exportador, baseado em monocultivos de larga escala e no uso intensivo de insumos químicos, degrada o solo, que por sua vez libera o carbono para a atmosfera, algo que ocorre em medida bem menor nos sistemas de agricultura familiar e não ocorre em sistemas agroecológicos e agroflorestais. O

[2] OWINFS (Our World Is Not For Sale), resumo executivo do documento "Change Trade, Not Climate".

[3] Amigos da Terra Brasil, FASE, Terra de Direitos "Novos Caminhos para o Mesmo Lugar: A Falsa Solução dos Agrocombustíveis", outubro de 2008

[4] Inventário Brasileiro das Emissões e Remoções Antrópicas de Gases do Efeito Estufa, Informações Gerais e Valores Preliminares. Ministério da Ciência e Tecnologia, 24 de novembro de 2009.

[5] Ribeiro, Sílvia Grupo ETC "Copenhague: los campesinos pueden enfriar el planeta y alimentarlo", La Jornada, México, 5/12/2009.

[6] Bello, Walden. Climate and Capitalism in Copenhagen. Foreign Policy in Focus, Dec 1, 2009, mimeo. Tradução livre dos autores.

modelo industrial de agricultura é dependente de petróleo e de outras fontes de energia em toda sua cadeia de produção, incluindo a montante a maquinaria pesada e a produção de insumos químicos e, a jusante, o processamento, empacotamento, preservação e distribuição. Esta dependência faz com que os preços dos alimentos subam a cada variação no preço da energia, além do que a *commoditização* dos produtos agrícolas faz com que a especulação interfira nos preços. Ademais, a segurança alimentar mundial está assim entregue nas mãos do mercado, mais exatamente a poucas dezenas de transnacionais e de grupos que dominam os mercados financeiros. À medida que o petróleo e o gás – recursos não-renováveis – tendem a escassear, os produtos da cadeia de produção industrial de alimentos que dependem destes recursos tendem a aumentar seus custos de produção (fertilizantes, insumos químicos, tratores, transporte marítimo). Num mundo que vive em instabilidade energética, esta dependência agrava a crise e a insegurança alimentar e impede a soberania alimentar.[7] Este modelo de agricultura, ademais, requer imensos esquemas de infraestrutura de transporte marítimo – estima-se que mais de 50 mil grandes navios carregam 80% da carga mundial[8] – e terrestre, o que obviamente alimenta a dependência e a vulnerabilidade em relação aos combustíveis fósseis. Por fim, o sistema alimentar globalizado é extremamente suscetível a contaminações que, ao ocorrerem em qualquer longínquo ponto do planeta, podem desestabilizar a qualidade, a segurança e o abastecimento alimentar em todas as regiões do mundo. Provoca também a erosão de um bem comum: o patrimônio biológico e genético acumulado pelo planeta e pelo campesinato e povos nativos ao longo de milênios, outro fator que coloca em risco a segurança e a soberania alimentar, a qualidade da alimentação e a saúde humana.

Descentralizar e Desglobalizar

Para garantir a segurança e a soberania alimentar e enfrentar as mudanças climáticas, é preciso iniciar a transição para a desglobalização da produção em geral, e de alimentos em especial. Quanto comércio internacional é necessário para abastecer os países que não têm condições de serem auto-suficientes em seu abastecimento alimentar e de outras mercadorias cruciais para o bem estar da sociedade? Pesquisas devem ser direcionadas para responder a esta pergunta, sem dúvida. Muitos países que tiveram que destruir seus sistemas de produção locais para direcionarem sua produção para o mercado externo não podem, da noite para o dia, alimentar sua população apenas com a produção local. Transição significa, a partir do sistema atual, iniciar desde já e incrementar políticas novas.

Encurtar distâncias entre produtor e consumidor exigirá uma série de novas prioridades políticas, entre elas o apoio e o investimento na pesquisa e na produção local familiar e camponesa em detrimento da agricultura de larga escala. Temos exemplos incipientes no Brasil: feiras urbanas e centrais de abastecimento fornecidas por pequenos e médios produtores locais; cinturões verdes de pequenos produtores, inclusive de assentados pela Reforma Agrária; merenda escolar e outras encomendas públicas a cargo dos produtores locais; cooperativas locais de transformação agroindustrial e de distribuição.

Aproximar a oferta de produtos do consumo exigirá uma mudança cultural, com a desglobalização de hábitos alimentares, retornando a hábitos locais, regionais e baseados em alimentos de cada estação[9], que por sua vez estimularão as economias locais e regionais, reduzindo as emissões de gases do efeito estufa oriundas do transporte global de produtos agrícolas. No entanto, não se deve esquecer que muitos ainda mantêm a memória alimentar de um país predominantemente rural de poucas décadas atrás; que outros, em municípios interioranos e cidades pequenas, ainda têm a sua dieta alimentar baseada na produção local; e que muitos outros, em particular nas classes mais abastadas, já tomaram consciência dos prejuízos à saúde trazidos pela alimentação industrial.

É preciso, porém, avançar desde já além da transição:

> "Mudar a forma como produzimos alimentos, protegendo e desenvolvendo sistemas de produção sustentáveis de alimentos e de baixo impacto que promovam a soberania alimentar, protejam a agricultura familiar e utilizem os alimentos da estação para satisfazer sobretudo e em primeiro lugar as necessidade locais, estimulando mudanças na dieta e nos hábitos alimentares. Isso contribuiria para reduzir significativamente as emissões de gases do efeito estufa e ajudaria a combater a fome. As soluções para as crises alimentar e climática atuais exigem, tanto a curto como a longo prazo, um giro radical da agricultura que a distancie do modelo atual de agricultura industrializada orientada para exportação. Definitivamente as normas da OMC não devem ser aplicadas na alimentação e na agricultura."[10]

[7] Post Carbon Institute. Towards a Post Carbon Food System.- The Food & Farming Transition. www.postcarbon.org.

[8] Friedemann, Alice. The Fragility of Global Trade and Infrastructure. s/d, mimeo.

[9] Post Carbon Institute, op. cit.

[10] OWINFS, op. cit. Tradução livre dos autores.

Se quisermos conquistar a Justiça Climática e encontrar soluções eficazes para frear as mudanças climáticas, é preciso olhar não apenas para os acordos e regimes de clima, mas também para as negociações levadas a cabo no âmbito da OMC e de tratados bilaterais e regionais de liberalização do comércio. A América Latina, com suas bem-sucedidas campanhas contra o livre-comércio (como foi o caso da campanha contra a ALCA – Área de livre comércio das Américas –), sediará a COP16 em dezembro de 2010, no México. E no caminho rumo ao México, deveremos combinar as lutas por Justiça Climática com as lutas contra o livre comércio e pela desglobalização.

A noção e a práxis da Justiça Climática implica, portanto, em questionar não somente as instâncias em que se discutem o clima, mas também os espaços do mercado.

> "É preciso encurtar as distâncias entre produção e consumo de alimentos, investindo no fortalecimento dos mercados locais através do abastecimento alimentar das cidades pela agricultura familiar e camponesa. A FASE entende que a segurança e soberania alimentar no campo e na cidade são elementos centrais e constitutivos da noção de Justiça Climática, que para ser conquistada é necessária a criação de um novo paradigma de desenvolvimento, democrático e ambientalmente sustentável." [11]

Rejeitar a globalização sob o império do mercado não significa propor voltar a se encerrar em espaços locais ou nacionais fechados. Sem ultrapassar os propósitos deste artigo, cabe mencionar que a crise climática desde já coloca um desafio mundial no que diz respeito à fome. Frente às catástrofes ambientais, presentes e futuras, que afetam e afetarão grandes contingentes de populações, com a perda dos seus ambientes de vida e de sobrevivência e situações de fome, há e haverá necessidade de solidariedade alimentar internacional. Assim, de maneira complementar à relocalização das agriculturas, países como o Brasil, por seu tamanho e seus solos, têm a responsabilidade de manter a sua condição de provedores de alimentos para o mundo. Evidentemente, isso não se dará sob a direção da OMC. Mais do que nunca, as crises atuais exigem repensar e (re)construir instâncias de regulação e direção multilaterais sob o leme da solidariedade mundial.

[11] Compromissos da FASE Contra a Mercantilização do Clima e Pela Justiça Climática. FASE, Brasil, Setembro 2009.

A FASE e a Rio +20

O Potencial da Rio + 20

O Rio de Janeiro sediará em maio de 2012 um evento que poderá simbolizar o encerramento de um ciclo e o início de outro. Por ocasião da Rio + 20, espera-se que seja feito um balanço abrangente do ciclo de conferências das Nações Unidas dos anos 90, iniciado com a Rio 92 e que incluiu conferências sobre população, direitos humanos, mulheres, desenvolvimento social e a agenda urbana. Também em 2012, o Protocolo de Kyoto terá chegado ao seu limite de vigência. A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável/Rio+20 se propõe a debater três questões: avaliação do cumprimento dos compromissos acordados na Rio 92; economia verde e arquitetura institucional para o desenvolvimento sustentável. A Rio + 20, portanto, tem o potencial de ser um momento ao mesmo tempo de balanço das conquistas e derrotas das últimas duas décadas e também de identificação de uma nova pauta de lutas à frente.

O Contexto da Rio + 20: fragilidade do sistema da ONU num cenário de múltiplas crises

Os seres humanos e o planeta estão vivenciando múltiplas crises que põem em questão o futuro da humanidade. Nem as Nações Unidas, nem os governos, aprisionados ao passado, estão agindo em consonância com a gravidade do processo de deterioração acelerada em curso. As organizações da sociedade civil global, que vêm se reunindo de forma autônoma em espaços como o Fórum Social Mundial e nos processos e lutas permanentes que ligam o local e o global, em eventos paralelos às conferências das Nações Unidas, às reuniões do G20 e das instituições financeiras multilaterais, e que se reunirão no Rio de Janeiro durante a Conferência da Rio+20, estão desafiadas a revigorar e a continuar a luta por outro mundo e pressionar os governos e as instituições do sistema internacional a atuarem de forma efetiva. A constituição desse movimento global se

intensificou a partir do Fórum Global, em particular do Fórum Internacional das ONGs, realizado paralelamente à Rio 92, e, em 2012, a avaliação do estado das lutas e conquistas globais também estará em pauta.

A Conferência realizada em Johanesburgo pelo aniversário de dez anos da Rio 92, as COPs, a insignificância do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente PNUMA, e a impotência da ONU em fazer face às catástrofes humanitárias mostram a incapacidade do atual sistema internacional para enfrentar os desafios que o futuro impõe e para fazer cumprir os acordos do ciclo de conferências desde a Rio 92.

As Conferências das Partes (COPs) encarregadas de implementar as decisões das Convenções da Biodiversidade, da Desertificação e das Mudanças Climáticas demonstram essa afirmação. A biodiversidade é associada historicamente aos povos indígenas, às populações tradicionais e ao campesinato, mas apesar de um reconhecimento em tese do seu papel, eles estão sendo sistematicamente espoliados dos seus direitos, chegando mesmo a serem expulsos dos seus territórios. Cada vez mais, o enfrentamento da desertificação está aquém dos desafios que o tema apresenta, o mesmo ocorrendo em relação às migrações forçadas. E a resolução da crise climática, por sua vez, está sendo apropriada pelo mercado para gerar lucros. O balanço dos compromissos assumidos nas conferências de direitos humanos, mulheres, desenvolvimento social e Habitat também não deixam dúvidas sobre a distância entre declarações de compromissos e realidade.

Do desenvolvimento sustentável à economia verde: a reciclagem de um modelo insustentável

Numa contradição insanável, a Conferência da Rio 92, ao mesmo tempo em que reconhecia a grave crise ambiental do planeta em particular no que diz respeito à biodiversidade e ao clima e a responsabilidade dos países industrializados, afirmava a primazia da economia como motor do desenvolvimento, batizado então de "sustentável". De maneira sub-reptícia, os governos presentes e a própria ONU reconheciam o poder da economia capitalista acima da política, ou melhor, como condutora da política. Consagraram o "desenvolvimento sustentável", termo rapidamente apropriado pela economia dominante e assim esvaziado do seu potencial reformador.

Em substituição ao esvaziado termo desenvolvimento sustentável, a agenda da Rio + 20 busca apresentar a "economia verde" como uma nova fase da economia capitalista. Através do mercado verde, um novo ambientalismo, fundado no business verde, propõe a associação entre novas tecnologias, soluções pelo mercado e apropriação privada do bem comum como solução para a crise planetária. Esta reciclagem das clássicas formas de funcionamento do capitalismo, de seus modos de acumulação e expropriação, constitui-se em um estelionato grave de conseqüências profundas. Dá um novo fôlego a um modelo inviável e oferece como utopia somente a tecnologia e a privatização. Impede tomar consciência da crise que enfrentamos e dos verdadeiros impasses que está vivendo a humanidade. Portanto, impede que novas utopias sejam formuladas e alternativas civilizacionais construídas.

Devemos questionar o que o desenvolvimento sustentável e a economia verde têm a contribuir para a proteção e a garantia dos direitos humanos. O mercado deixa a sua defesa aos governos e à ONU, que mantêm a retórica dos direitos humanos, incluindo no seu campo o direito à água; mas, sem meios nem vontade política para implementá-los.

Voltam-se cada vez mais para intervenções humanitárias, que tendem a substituir a promoção dos direitos. Tendo poder apenas normativo, os compromissos acordados na esfera da ONU ficam soterrados pelo poder de sanção e retaliações de instituições como OMC, FMI e Banco Mundial. Diante da incapacidade da ONU, de um lado, e do poder das instituições multilaterais que servem aos interesses das corporações, do outro, o resultado é que governos e políticas públicas e democráticas perdem cada vez mais espaço para acordos e políticas que entregam nosso futuro à iniciativa privada e, na sua mais nova versão, à economia verde.

O mundo está subordinado à força hegemônica do capital. Este não tem outra visão de futuro do que a promessa de um desenvolvimento ilusório, porque predador do meio ambiente, violador dos direitos humanos e excludente de países e populações. A ideologia do desenvolvimento, entendido como crescimento econômico que alimenta a expansão de padrões insustentáveis de produção e consumo, penetrou profundamente no imaginário e na cultura de todas as classes sociais, no Norte e no Sul, orientando inclusive a ação de governos eleitos em países do Sul com o mandato de desencadearem transformações, mas que, no entanto, não conseguem construir uma nova correlação de forças capaz de alavancar mudanças e também não conseguem

acumular reflexão e força política na direção de novos paradigmas.

Os Estados dominantes, ao longo de dois séculos, e com mais intensidade nas últimas décadas, promoveram a globalização da economia. As guerras coloniais, a ocupação de territórios e a escravidão foram substituídas hoje por acordos bilaterais e instâncias multilaterais que cumprem o mesmo papel de submeter e subordinar os países do Sul ao seu poder. Assim, impuseram ao mundo um modelo, técnico e econômico, de produção e de consumo sustentado pela exploração do trabalho, a sobre-exploração dos recursos da natureza e a exploração de outros países.

Se a exploração humana e de países pode se perpetuar apesar dos gravíssimos conflitos resultando na exclusão, a exploração da natureza mostra seus limites e começa a afetar a reprodução do capital, direta e indiretamente, quando doenças, diminuição da qualidade de vida e catástrofes começam a levantar suspeitas e minar a base de sustentação do modelo.

A crise que emergiu em 2008, inicialmente no sistema financeiro, não deixa dúvidas quanto ao caráter profundo de suas raízes, que revela a quebra de legitimidade e de sustentação econômica, social, ambiental e política de reprodução do modelo vigente. A crise em curso deixa clara a perda de hegemonia do concerto do poder que se perpetua desde o fim da Segunda Guerra e das instituições internacionais que lhe dão sustentação econômica e política. A crise abre, portanto, brechas de disputa pela democratização do sistema internacional. As novas e instáveis coalizões entre países, não mais cristalizadas em divisões Norte-Sul, são sintomas de um cenário político global em movimento. A Rio + 20 pode ser um importante momento de alavancagem de uma nova correlação de forças e de uma nova agenda global, oferecendo aos movimentos sociais, organizações populares, movimentos de povos tradicionais e originários, sindicatos, entidades da sociedade civil que refletem ou buscam expressar os anseios de amplos setores da população mundial, a oportunidade de renovar seu protesto e seu questionamento sobre aos rumos dados ao futuro do mundo pelas corporações, instituições e países dominantes, acompanhados pela grande maioria das elites políticas e econômicas, desenhar suas utopias e formular com maior consistência as alternativas que vislumbram.

A Rio + 20 e a construção de alternativas

A Rio+20, como evento mundial, nos permite sair das nossas fronteiras; nos abrir à solidariedade universal, para além dos particularismos; buscar pontos comuns de observação, que nos desloquem e façam com que nos encontremos, de muitos lugares do mundo. Mas isso com a condição de que nossa referência esteja nos povos e populações marginalizados e excluídos, com as quais compartilhamos os anseios por uma sociedade cujo pilar de sustentação sejam os direitos e a justiça social e ambiental.

Não temos todas as respostas, mas temos a responsabilidade de buscá-las, entre o desejável e o possível. Mas mesmo o possível não se realizará sem que seja portador de utopias que reatem os laços entre ser humano e natureza, no campo e na cidade. Ele exige, portanto, uma mudança completa dos paradigmas que definem a civilização ocidental. Querer outras formas de organização das sociedades do que os Estados-Nações, outras formas de democracia do que a democracia parlamentar, outras economias do que a economia capitalista, outra mundialização do que a do mercado, outras culturas do que a imposta pelos EUA. Escutá-los com atenção talvez nos ajude a encontrar os rumos do futuro e formular novas utopias que motivem a humanidade, em particular a juventude.

Desenvolvem-se através do planeta centenas de milhares de alternativas que podem ser as sementes da construção de novas utopias:

- Milhões de camponeses, de sem-terra, de povos indígenas e outros grupos tradicionais resistem e lutam pela Reforma Agrária, pela agroecologia, pelo definitivo domínio de suas terras ancestrais. Apoiados por tecnologias apropriadas, eles podem garantir a soberania e segurança alimentar e nutricional do planeta e dar uma contribuição decisiva na manutenção da biodiversidade, das águas e na mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Eles apontam uma alternativa ao modelo de agricultura e pecuária dominante, que provoca a destruição dos ecossistemas e da biodiversidade, que contribuem fortemente para o efeito-estufa e o envenenamento das águas, dos solos e das pessoas.

- Experiências de economia solidária e de fortalecimento de mercados locais contribuem para a redução do consumo de energia, encurtando os circuitos entre produção, distribuição e consumo, favorecendo as micro, pequenas e médias empresas, que fornecem empregos, em contraposição à circulação das mercadorias através do mundo e deslocalização permanente das empresas e avanços tecnológicos, que não reduzem o consumo de energia e de matérias primas e produzem desemprego.
- A lógica da economia não deve ser a do lucro, mas a de assegurar condições de vida digna para as populações. Fortalece-se uma economia solidária que combate a economia dominante excludente das pessoas. Nas cidades, nas roças e nas florestas do sul do mundo, grande parte dos trabalhadores e das trabalhadoras se encontram na economia informal, esquecidos pela macroeconomia, e inventam uma microeconomia em parte sucedânea e concorrente da economia formal, em parte inovadora.

- Reconstituição de um tecido urbano descentralizado e interiorizado, novas políticas habitacionais e urbanísticas, de saneamento e de transporte coletivo. Estas propostas visam enfrentar o desequilíbrio dentro das cidades e metrópoles, que viraram plataformas de exportação cercadas por enormes aglomerações de pobreza e miséria, que somadas ao desequilíbrio na ocupação humana dos espaços nacionais e regionais, fazem dessas cidades, e dentro delas, das camadas populares, as primeiras vítimas das mudanças climáticas.

A construção de alternativas e a arquitetura institucional

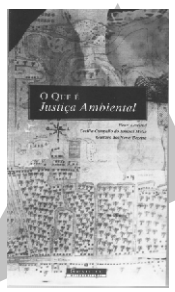
A escala global dos poderes impede o avanço da emancipação humana nos termos da idealidade inscrita nos pactos e convenções internacionais. Portanto, avançar nessas alternativas e em outras supõe disputar e questionar os paradigmas das instituições e atores internacionais que dão suporte ao atual modelo. Isso não quer dizer que acreditamos numa mudança brusca e radical na economia mundial. Deve-se pensar necessariamente em convivência, em transição no médio e longo prazos. Essa transição se fará menos pela reforma interna das instâncias atuais de intervenção na economia, que pretenderia reorientar suas estratégias, seus métodos e suas prioridades, e mais pela construção de novos espaços, de instituições novas que não sejam viciadas pelo seu passado, mas abertas para uma nova correlação de forças e novas agendas. As instâncias atuais continuarão a ser questionadas a agir e até a se reformarem, mas há que se esperar que elas percam progressivamente a sua importância, quando e porque ao seu lado será criado algo radicalmente novo que crescerá econômica e politicamente como contrapeso.

Para que tal ocorra é preciso olharmos para o processo rumo à Rio+20 como uma oportunidade para investirmos no acúmulo de forças, na base da sociedade, que seja capaz de disputar uma nova hegemonia. Após o ciclo de ascensão dos movimentos contra-hegemônicos iniciado em Seattle e ampliado com o Fórum Social Mundial, e o relativo descenso que as mobilizações de massa experimentaram nos últimos anos, a Rio+20 se coloca como possibilidade de rearticulação e alavancagem de uma iniciativa política no plano global.
É esta visão que orienta e delimita nossa vontade de participação no processo que nos levará à Rio+20. Baseados nela, nos unimos ao apelo da convocatória do grupo facilitador brasileiro criado por um conjunto de coletivos resumido nesta frase: "Cabe à sociedade civil organizada chamar a atenção mundial sobre a gravidade do impasse vivido pela humanidade, e sobre a impossibilidade do sistema econômico, político e cultural dominante apontar e conduzir saídas para a crise. Mas é também da sua responsabilidade afirmar e mostrar outros caminhos possíveis".

PUBLICAÇÕES

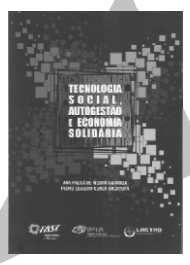
O Plano IIRSA
Na visão da sociedade civil pan-amazônica

Alfredo Wagner Berno de Almeida e Guilherme Carvalho
FASE/Observatório Comova-UFPA
ActionAid, Fundação Heinrich Böll
Belém, 2009



O que é Justiça Ambiental

Henri Acselrad, Cecília Campello do Amaral Mello e
Gustavo das Neves Bezerra
Garamond Universitária, FASE, IPPUR-UFRJ
Fundação Heinrich Böll, Fundação Ford
Rio de Janeiro, 2009

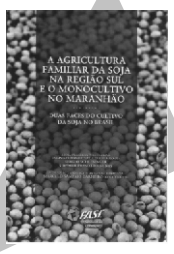


Tecnologia Social, Autogestão e Economia Solidária

Ana Paula de Moura Varanda e Pedro Cláudio Cunca Bocayuva
FASE, IPPUR-UFRJ
FINEP, Caixa Econômica Federal e
Ministério da Ciência e Tecnologia
Rio de Janeiro, 2009

Lenha Nova para a Velha Fornalha
A febre dos agrocombustíveis

Sergio Schlesinger
FASE
FDCL, Transnational Institute, Fundação Heinrich Böll
Rio de Janeiro, 2008



A Agricultura Familiar da Soja na Região Sul e o Monocultivo no Maranhão
Duas faces do cultivo de soja no Brasil

Sergio Schlesinger, Sidemar Presotto Nunes,
Marcelo Sampaio Carneiro
FASE
ActionAid, CCFD, Misereor, Pão para o Mundo
Rio de Janeiro, 2008

Livros disponíveis no site da Fase: www.fase.org.br/loja

Endereços

FASE

FASE NACIONAL
Rua das Palmeiras, 90, Botafogo
22270-070, Rio de Janeiro - RJ
Tel:(021) 2536-7350
Fax:(021) 2536-7379

FASE-RIO
Rua das Palmeiras, 90, Botafogo
22270-070, Rio de Janeiro - RJ
Tel:(021) 2536-7350
Fax:(021) 2536-7379

FASE-ESPÍRITO SANTO
Rua Graciano Neves, 377/2º pav.
29015-330, Vitória-ES
Tel: (027) 3322-6330
Fax: (027) 3223-7436

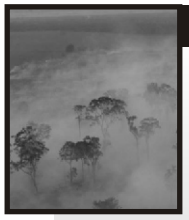
FASE-PERNAMBUCO
Rua Viscondessa do
Livramento, 168 Derbi
52010-060, Recife-PE
Tel/Fax: (081) 3221-5478

FASE-AMAZÔNIA
Rua Bernal do Couto, 1329, Umarizal
66055-080, Belém - PA
Tel: (091) 4005-3773
Fax: (091) 4005-3750

FASE-MATO GROSSO
Rua 06 Qd.03, casa 18, Monte Verde
78200-000 Cáceres - MT
Caixa Postal 10
Tel: (065) 3223 4615
Fax: (065) 3223 7130

FASE-BAHIA
Rua General Labatut, n. 67
Edifício Sento Sé - térreo - Loja 1
Barris - Salvador - Bahia 40070-100
Tel: (071) 3328-1083

PROPOSTA



Proposta nº 122 - 2011

Revista Trimestral de Debate da Fase

ISSN 1982-8950

Informações e Vendas
Tel. (021) 2536 7350
Fax: (021) 2536 7379

E-mail: comunicacao@fase.org.br
www.fase.org.br

Todas as opiniões emitidas nos artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores.

Conselho Editorial
Ana Clara Torres Ribeiro
Grazia de Grazia
Jean-Pierre Leroy
Jorge Eduardo Saavedra Durão
Leandro Valarelli
Luis César de Queiroz Ribeiro
Márcia Leite
Maria Emília Lisboa Pacheco
Orlando Alves dos Santos Junior
Pedro Cláudio Cunca Bocayuva
Ricardo Salles
Rosemary Gomes
Sandra Mayrink Veiga
Regina Leite Garcia

Editor
Fausto Oliveira

Jornalista responsável
Fausto Oliveira

Organização do Nº 122
Fátima Mello

Revisão e Copydesk
Glória Amaral

Projeto Gráfico/Diagramação
Maurílio - Casa-da-Comunicação

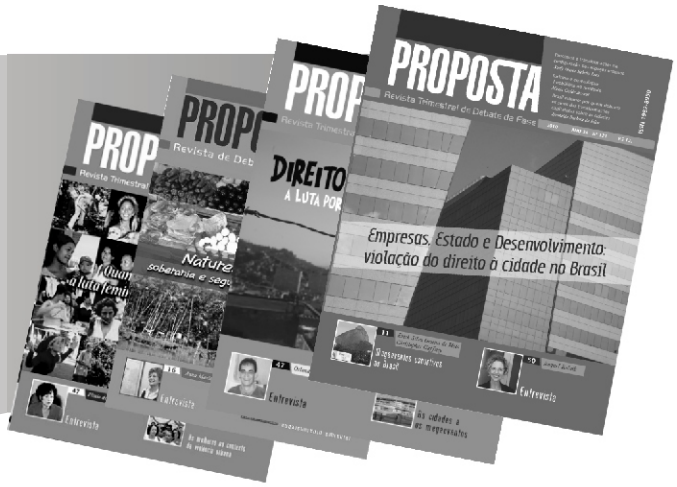
Fotos / Capa
Acervo FASE e parceiros
Creative Commons

Apoio
FORD FOUNDATION
HEINRICH BÖLL STIFTUNG
Oxfam International

Assine PROPOSTA

Revista Trimestral de Debate da Fase

Onde Adquirir:
Na loja virtual do site
www.fase.org.br
ou Rua das Palmeiras, 90
Botafogo - Rio de Janeiro
CEP 22270-070
Tel: (021) 2536-7350
Fax: (021) 2536-7379



Publicada há mais de 30 anos, Proposta é um instrumento político de reflexão sobre as realidades do Brasil e do mundo. A Fase luta pela redução das desigualdades, ampliação de direitos e pelo aprofundamento da democracia. Proposta quer intervir neste debate oferecendo uma visão alternativa em seus artigos e entrevistas.

Últimos números

Proposta 118 - Quando elas se encontram (2009)
Proposta 119 - Natureza e alimentos (2009)
Proposta 120 - Direito à Cidade (2010)
Proposta 121 - Empresas, Estado e Desenvolvimento (2010)

Acesse o site da FASE

No site da **Fase** você encontra notícias, documentos e diversas outras informações sobre esta ONG que desde 1961 trabalha por novas realidades no Brasil. Conheça o trabalho da Fase em seis estados do país e nossa participação em várias redes e fóruns de luta por direitos, democracia e sustentabilidade.

www.fase.org.br

PROPOSTA

Revista Trimestral de Debate da Fase

Em Proposta, você vai encontrar artigos que trazem diferentes perspectivas, a análise mais apurada sobre a realidade brasileira e o retrato extraído diretamente da experiência dos movimentos populares. Você vai ler e refletir em profundidade sobre um Brasil que discute, luta, se organiza e encontra soluções alternativas, em inúmeras experiências em diferentes regiões e cidades do país, para a construção de uma sociedade justa democrática e sustentável.

Assine Proposta

Valor da Assinatura Anual
R$ 38,00 (trinta e oito reais).

Como fazer sua assinatura de Proposta

Depósito bancário à FASE
no banco Bradesco, conta 95475-6,
agência 0227-5 Botafogo.
Envie o comprovante de depósito
com seu nome e endereço para
o fax (021) 2536-7379.

Através do site www.fase.org.br
Cheque nominal à FASE
no valor de R$ 38,00.
Envie juntamente com seus dados,
para o endereço:
Rua das Palmeiras, 90
Cep - 22270-070, Botafogo, RJ

Para maiores informações:
(021) 2536-7350 ou comunicacao@fase.org.br